



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de
NOVA IPIXUNA



LEI COMPLEMENTAR N.º 32/2021, DE 07 DE JULHO DE 2021

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METAS E PRIORIDADES DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Exercício Financeiro
2022



Lei Complementar N° 032, de 07 de julho de 2021.

DISPÕE SOBRE ALEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS (LDO) PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022 DO
MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Maria da Graça Medeiros Matos, Prefeita Municipal de Nova Ipixuna, Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais, com arrimo ainda na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São estabelecidos, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e Lei Orgânica Municipal, as diretrizes orçamentárias para elaboração do orçamento anual de 2022, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições sobre a limitação Orçamentária e Financeira;
- V - as disposições sobre transferência de recursos ao Poder Legislativo;
- VI - as disposições sobre reserva de contingência;
- VII - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VIII - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- IX - as disposições relativas às receitas e despesas de capital e a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- X - as disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal; e
- XI - as disposições gerais.



CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - O Planejamento e Políticas Públicas, visando à melhoria da qualidade de vida do cidadão, objetivando desenvolvimento humano sócio-econômico-cultural, atendendo a cidadania e a democracia, o Município de Nova Ipixuna, estabelecem as prioridades e metas, que nortearão a elaboração do Orçamento Anual, onde os programas de trabalho, as ações de governo, metas e prioridades da Administração Pública Municipal estão especificadas no Anexo 3 desta Lei e que terão preferência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2022, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, compreendendo:

- I - Implementar políticas de inclusão social;
- II - Promover o desenvolvimento econômico sustentável;
- III - Assegurar o desenvolvimento e o crescimento urbano de forma harmônica e preservar o ambiente natural e a qualidade de vida dos cidadãos;
- IV - Desenvolver modelo de gestão pública eficiente e democrática, tendo como princípio a austeridade na gestão de recursos públicos;
- V - Assegurar os princípios da justiça, de controle social e de transparência, na elaboração e execução do orçamento, na seguinte conformidade:
 - a) o princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do município, bem como combater a exclusão social;
 - b) o princípio de controle social que implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento, por meio de instrumentos previstos na legislação;
 - e) o princípio de transparência implica além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento;
 - d) na elaboração do orçamento a Administração Pública Municipal, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Lei Federal nº. 10.257/2001 - Estatuto das Cidades e Plano Diretor buscará a contribuição de toda a sociedade; num processo de democracia participativa, voluntária e universal, por meio do Programa de execução do Orçamento.

§ 1º - No projeto de lei orçamentária, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de educação, saúde, assistência social e o desenvolvimento econômico local.



§ 2º - O Poder Executivo avaliará a eficiência das ações desenvolvidas, para o cumprimento das metas estabelecidas nesta lei, semestralmente em audiência pública, conforme estabelece o art. 48 da lei complementar nº. 101/2000.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - Para efeito deste projeto entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual e nesta lei;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto, necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Subtítulo, o menor nível da categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VI - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em Poder e órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, desdobrados em - subtítulos, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 3º - São vedadas, na especificação dos subtítulos, alterações da finalidade da ação.

§ 4º - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 5º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.



§ 6º - No projeto de lei orçamentária será atribuído a cada subtítulo, para fins de processamento, um código sequencial que não constará da lei orçamentária, devendo as modificações propostas na forma do art. 166, § 50, da Constituição, preservar os códigos sequenciais da proposta original.

§ 7º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 8º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

Art. 4º - Os orçamentos fiscais e da seguridade social, e de investimento serão apresentados conjuntamente, e compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas municipais porventura existentes.

Art. 5º - A lei Orçamentária de 2022 terá a sua composição de fontes de recursos segundo o art. 11 da Lei nº. 4.320/64, normativos da Secretaria do Tesouro Nacional e Tribunal de Contas dos Municípios, sendo os grupamentos básicos das receitas conforme classificadas abaixo:

- I - receita tributária;
- II - receita de contribuições;
- III - receita patrimonial;
- IV - receita pecuária;
- V - receita industrial;
- VI - receita de serviços;
- VII - transferências correntes;
- VIII - outras receitas correntes;
- IX - operações de crédito;
- X - alienação de bens;
- XI - amortização de empréstimos;
- XII - transferência de capital;
- XIII - outras receitas de capital.

Art. 6º - O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, o



identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º - A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal, da seguridade social ou de investimento das empresas, iniciados com os códigos 10 - orçamento fiscal, 20 - Orçamento da seguridade social e 30 - orçamento de investimento, respectivamente.

§ 2º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida -2;

III - outras despesas correntes -3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas que forem constituídas - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º - A reserva de contingência, prevista no art. 1º desta Lei, será identificada pelo dígito 9 no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º - O identificador de resultado primário, de caráter indicativo, tem como finalidade auxiliar a apuração do resultado primário devendo constar no projeto de lei orçamentária e na respectiva lei em todos os grupos de natureza de despesa, identificando, de acordo com a metodologia de cálculo das necessidades de financiamento, cujo demonstrativo consta anexo à lei orçamentária.

§ 5º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira, inclusive a decorrente de descentralização orçamentária;

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º - A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Governo Federal – 20;

II - Governo Estadual - 30;

III - Governo Municipal -40;

IV- Entidade privada sem fins lucrativos - 50;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL
Município de Nova Ipixuna
Gabinete da Chefe do Poder Executivo
CNPJ: 01.612.215/0001-26

V - Transferência a instituições multigovernamentais nacionais - 70;

VI - Transferência a consórcios públicos - 71;

VII - Aplicação direta - 90;

VIII - Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade sociais - 91.

§ 7º - É vedada a execução orçamentária com a modalidade de aplicação "a ser definida - 99".

§ 8º - O identificador de uso destina-se a indicar se os recursos compõem contrapartida municipal de empréstimos ou de doações, ou destinam-se a outras aplicações, constando da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, o código das fontes de recursos.

§ 9º - Os elementos-despesa que compõem o detalhamento geral das dotações orçamentárias em seus respectivos projetos e atividades, são os definidos basicamente na Lei nº 4.320/64, Portaria Interministerial STN nº 163 e do Plano de Contas Único determinado em normativos do Tribunal de Contas dos Municípios.

§ 10º - A Lei Orçamentária discriminará as despesas por funções e subfunções de governo, de acordo como estabelece a Portaria nº 42/99 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 7º- A lei orçamentária discriminará por categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I - as ações descentralizadas de educação, saúde e assistência social;

II - atendimento de ações de alimentação escolar;

III - a concessão de subvenções e subsídios;

IV - a participação em constituição ou aumento de capital de empresas que vierem a ser concretizadas;

V - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão as unidades responsáveis pelos débitos; e

VI - as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 8º - A lei orçamentária que o Poder Executivo encaminha ao Poder Legislativo é constituída de:

I - mensagem;

II - texto da lei;

III - anexos e quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL
Município de Nova Ipixuna
Gabinete da Chefe do Poder Executivo
CNPJ: 01.612.215/0001-26

IV - anexos do orçamento fiscal e da seguridade social, com as receitas e despesas classificadas segundo a Lei n.º 4.320, de 1964, Portaria STN n.º 163 e normativo que vier a ser substituído em razão de nova legislação da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas dos Municípios;

V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e de seguridade social;

VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II da Constituição, na forma definida nesta lei, quando for o caso;

VII - demonstrativo de que trata o § 6º do art. 165 da Constituição, elaborado pelo Poder Executivo, a partir de informações sobre isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, prestadas pelos órgãos envolvidos, e será apresentado por tributo, comparando os benefícios com a respectiva arrecadação prevista e, quando houver informação disponível, por função;

§ 1º - O Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo os projetos de lei orçamentária e de créditos adicionais, na forma documental ou por meio eletrônico, devidamente demonstrado por fonte de recursos, programas e ações de trabalho e por elemento de despesa;

§ 2º - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo os autógrafos dos projetos de lei orçamentária e de créditos adicionais também na forma documental ou em meio eletrônico, com base no qual serão editadas as correspondentes leis, cuja integridade em relação a meios eletrônicos para fins de publicação, será de responsabilidade do órgão do Sistema de Planejamento e de Orçamento Municipal.

§ 3º - Os projetos referidos nos §§ 1º e 2º serão, reciprocamente, disponibilizados na forma acordada entre os órgãos técnicos dos Poderes Legislativo e Executivo.

§ 4º - Os quadros orçamentários consolidados e as informações complementares exigidos por esta Lei identificarão o dispositivo legal a que se referem.

§ 5º - O projeto de lei orçamentária e a respectiva lei deverão conter cálculo atualizado da estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, explicitando a parcela dessa margem apropriada no projeto e na lei com as expansões de gastos obrigatórios.

§ 6º - Os quadros sintetizados dos órgãos e unidades orçamentárias constantes do anexo da programação da despesa deste artigo, que deverão conter no projeto de lei orçamentária.

§ 7º - Os anexos do projeto de lei orçamentária, seu autógrafo, assim como da respectiva lei, terão a mesma formatação dos anexos da lei orçamentária vigente, exceto pelas alterações previstas nesta Lei.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL
Município de Nova Ipixuna
Gabinete da Chefe do Poder Executivo
CNPJ: 01.612.215/0001-26

§ 8º - O texto da lei orçamentária poderá conter disposições complementares às desta Lei, desde que estritamente relacionadas ao acompanhamento da realização das receitas ou à execução, modificação e controle da programação de trabalho constante da lei orçamentária.

§ 9º - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº, 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e Receita Corrente Líquida prevista;

II - evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e elemento de despesa;

III - resumo das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV - resumo das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

V - receita e despesa, do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº. 4.320, de 1964, e suas alterações;

VI - receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº. 4.320, de 1964, e suas alterações, determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional;

VII - despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo o Poder e órgão, por elemento de despesa e fonte de recursos;

VIII - despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, subprograma e elemento de despesa;

IX - recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, no orçamento fiscal e da seguridade social, por órgão;

X - programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 205 da Constituição Federal e art. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/96, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

XI - resumo das fontes de financiamento e da despesa do orçamento de investimento, quando for o caso, segundo órgão, função, subfunção e programa;

XII - despesas do orçamento fiscal e da seguridade social segundo os programas de governo, com os seus objetivos e indicadores para aferir os resultados esperados, detalhados por atividades e projetos com a identificação das metas e unidades orçamentária executoras;



XIII- resumo de aplicação dos recursos referentes ao FUNDEB;

XIV- resumo da aplicação de recursos da transferência de duodécimo ao legislativo conforme EC58/2009;

XV - resumo da aplicação de recursos destinado à saúde de acordo com art. 196 a 200 da CF a EC 29/00.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º - Em cumprimento ao art. 4º, I, "a", da LRF (LC-101/2000), a estimativa de receita e fixação de despesa para elaboração da lei orçamentária de 2022 deve guardar perfeito equilíbrio entre receita e despesa e deverá ser orientada no sentido de alcançar resultado primário positivo e sua aprovação e execução deverá ser realizada de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal como recomendado nos art. 48 e 49 da LRF (LC-101/2000), tendo em conta os princípios orçamentários e, sobretudo, a publicidade para permitir amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma de suas etapas, principalmente sobre as prioridades de investimentos de interesse local.

Parágrafo Único - O Executivo divulgará ou publicará na imprensa oficial local, mural ou na Internet, matéria referente à Lei final do orçamento, até 30 dias depois de sua aprovação, e os relatórios da lei fiscal, periodicamente, conforme orientado nos art. 52 a 55 LRF LC-101/2000 e legislação específica do Tribunal de Contas dos Municípios.

Art. 10 - O Poder Executivo levará em audiência pública, conforme previsto no art. 9º, § 4º, e art. 48 a 49 da LRF, LC-101/2000, avaliação do cumprimento das metas fiscais, bem como as justificativas de eventuais desvios programáticos, com indicação das medidas corretivas adotadas.

Art. 11 - O Poder Legislativo adotará como parâmetro para as despesas classificadas nos grupos de natureza de despesa 3- Outras Despesas Correntes, 4 - Investimentos e 5 - Inversões Financeiras, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária e a classificação contábil conforme Plano de Contas Único do Tribunal de Contas dos Municípios e encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de agosto, sua respectiva proposta orçamentária para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária municipal de 2022.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL
Município de Nova Ipixuna
Gabinete da Chefe do Poder Executivo
CNPJ: 01.612.215/0001-26

Art. 12 - O Poder Executivo deverá informar ao Poder Legislativo os novos contratos e convênios firmados integrantes do orçamento municipal, detalhando as respectivas unidades administrativas beneficiadas, programas de trabalho, dotação orçamentária e contrapartidas, respectivamente.

Art. 13 - Em obediência ao art. 4º, I, "c", da LRF LC-101/2000, e além de observar as demais diretrizes estabelecidas em leis especiais, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, deve ser considerado a fixação de despesa, de forma que proporcione o sistema de controle e critérios de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, financiados com os recursos do orçamento, tomando por base os indicadores e valores econômicos seguintes:

I - obras de engenharia e construção, o indicador de custo médio de construção civil informado periodicamente pelo IBGE;

II - Educação, Lei Federal nº 11.274/06 e para o FUNDEB, EC-53/06, o valor de custo atribuído por aluno informado anualmente pelo MEC em relação à quantidade de aluno do último censo escolar e pelo IBGE;

III - Seguridade Social, conforme previstos na legislação constitucional e legal, os dados estatísticos de exercícios anteriores sobre valor do custo médio dos produtos e serviços praticados ou adquiridos no mercado local ou em outras praças devidamente licitadas;

IV - Agropecuária, o preço médio normalmente praticado no município comparado com os dados estatísticos de exercícios anteriores;

V - Administrativos, dados médios estatísticos de anos anteriores, a política de reajuste salarial do Governo Federal e Municipal, o preço médio de projeto para contratação de mão-de-obra terceirizada e o preço médio projetado nas aquisições de materiais adquiridos no comércio local e nas cidades vizinhas da região devidamente licitada;

VI - Para insumos e materiais de construções, o custo médio deve ser estabelecido para pesquisa de preços entre os principais fornecedores da região, inclusive os existentes na Praça Local.

Art. 14 - Os projetos de leis de créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento completo estabelecido na lei orçamentária.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§ 2º - Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária serão submetidos pelos dirigentes do órgão ao Prefeito Municipal, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações



sobre a execução das atividades, dos projetos e respectivos subtítulos atingidos e das correspondentes metas;

§ 3º - Até 15 dias após a assinatura dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos assim como o Poder Legislativo também remeterá os seus atos ao Poder Executivo para o controle e apropriação, e até 30 dias após a emissão, ao TCM para análise e cadastramento;

§ 4º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional;

§ 5º - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Câmara Municipal por intermédio de projetos de lei específicos ou decretos e exclusivamente para essa finalidade;

§ 6º - Nos casos de créditos à conta de recursos e excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentados de acordo com a classificação respectiva.

Seção II

Das Disposições sobre Débitos Judiciais

Art. 15 - A Lei Orçamentária de 2022 incluirá programas, projeto e atividade próprios esamente incluirá dotações para o pagamento de precatórios que contenham certidão de processo transitado em julgado devendo ser observado a ordem de prioridade de pagamento pelo menor valor, pelo mais antigo e os demais processos.

Art. 16 - Para fins de acompanhamento e controle, os órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação de sua Assessoria Jurídica, antes do atendimento da requisição judicial observada as normas e orientações a serem apreciadas por aquela unidade.

Seção III

Das Vedações

Art. 17 - Na programação da despesa do Orçamento 2022 não poderão conter:

I - despesas fixadas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III - incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidades públicas formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º da Constituição



Art. 18 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - ações que não sejam de competência exclusiva do município;

II - aquisição de mobiliário e equipamento para unidades residenciais de representação funcional;

III - clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

IV - pagamento, a qualquer título, a militar ou a servidor da administração pública municipal direta ou indireta da ativa, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeada com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art. 19 - Será vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 195 § 3º e art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e respectivas alterações:

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2018 e assinada por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria bem como apresentar CND de regularidade fiscal emitidas pelas instituições competentes.

§ 2º - Será vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

§ 3º - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;



- II - voltadas para as ações de saúde, ação social, e de atendimento direto e gratuito ao público;
- III - consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com administração pública municipal, e que participem da execução de programas nacionais de saúde.

Art. 20 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

- I - construção, ampliação, reforma, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais;
- II - aquisição de automóveis de representação, salvo aquelas referentes a automóveis de uso:
- A) do Prefeito e Vice-Prefeito;
- B) do Presidente da Câmara de Vereadores;
- III - celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;
- IV - ações de caráter sigiloso, salvo quando realizadas por órgãos ou entidades cuja legislação que as criou estabeleça, entre suas competências, o desenvolvimento de atividades relativas à segurança da sociedade e que tenham como pré-condição o sigilo, constando os valores correspondentes de categorias de programação específicas;
- V - ações que não sejam de competência exclusiva do Município;
- VI - compra de títulos públicos por parte de órgãos da administração municipal, exceto para atividades legalmente atribuídas ao órgão.

Art. 21 - Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Municipal.

Seção IV

Da Destinação de Recursos aos Setores Privados

Art. 22 - Em atendimento ao art. 26 da LRF LC-101/2000, a destinação de recursos para, direta e ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender as condições estabelecidas nesta LDO e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais de 2022.

Art. 23 - Será vedada a destinação de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei no 4.320, de 1964, para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL
Município de Nova Ipixuna
Gabinete da Chefe do Poder Executivo
CNPJ: 01.612.215/0001-26

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II - cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organizações internacionais ou agências governamentais e estrangeiras;

III - voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS;

IV - signatárias de contrato de gestão com a administração pública municipal, não qualificada como organizações sociais nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

V - consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas nacionais de saúde;

VI - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com Termo de Parceria firmado com o Poder Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 1999, e que participem da execução de programas constantes do plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade; ou

VII - qualificadas como instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica com contrato de gestão firmado com órgãos públicos.

Art. 24 - Com base no art. 26 da LRF LC-101/2000 é vedada a destinação de recursos à entidade privada a título de contribuição corrente, ressalvada a autorizada em lei específica ou destinada à entidade sem fins lucrativos selecionados para execução, em parceria com a administração pública municipal, de programas e ações prioritários que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Art. 25 - Sem prejuízo das disposições anteriores desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos dependerá ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - aplicação de recursos de capital exclusivamente para ampliação ou aquisição de equipamentos e sua instalação, e aquisição de material permanente;

III - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere; e declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária dos



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL
Município de Nova Ipixuna
Gabinete da Chefe do Poder Executivo
CNPJ: 01.612.215/0001-26

últimos 03 (três) anos, e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria nos últimos 03 (três) anos e apresentar CND de regularidade fiscal das instituições competentes.

Art. 26 - O Poder Executivo apresentará projeto de lei disciplinando a destinação de recursos do Município ao setor privado, inclusive a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, a título de subvenções, auxílios, contribuições, correntes e de capital, e outras denominações, considerando o disposto no art. 26 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, de

forma que sua vigência coincida no mínimo com a vigência desta Lei, observadas as condições do artigo anterior.

Art. 27 - O Município fica autorizado, a apoiar as instituições religiosas, culturais, desportivas, lazer, associativas e cooperativistas, por ocasião dos principais eventos em 2022, desde que observado as condições legais e prestado conta dos recursos concedidos e aplicados na finalidade predeterminedada.

Art. 28 - As entidades privadas do artigo anterior beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas dos Municípios com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 29 - A lei orçamentária e seus créditos adicionais, observados o disposto no art. 45 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento; e

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se inclusive as contrapartidas de transferências voluntárias.

§ 1º - Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores.

§ 2º - Serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles, constantes ou não da proposta, cuja execução financeira, ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

Art. 30 - Dos recursos oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei n.º. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, serão destinados, percentual mínimo para programas de investimentos na infraestrutura de transportes, de responsabilidade do Município.

Art. 31 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada a suficiente disponibilidade e dotação orçamentária.



§ 1º - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância deste artigo, atendendo às orientações previstas na legislação do TCM e da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º - Será vedada a realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após o último dia útil do exercício, exceto para fins de apuração do resultado e encerramento do exercício.

Seção V

Das Transferências Voluntárias

Art. 32 - O Orçamento de 2022 disponibilizará dotação orçamentária para os convênios e contrapartidas de recursos próprios para execução orçamentária e financeira das ações constantes de programas de trabalho realizadas por meio de transferências voluntárias, ressalvados os impedimentos e ordem legal, técnico ou operacional, devidamente justificados, observados os critérios desta Lei e art. 25 da LC nº 101/2000.

Parágrafo único - A execução orçamentária e financeira das ações constantes do programa de trabalho da lei orçamentária realizada por meio de transferências voluntárias, ressalvadas os impedimentos de ordem legal, técnica ou operacional devidamente justificado, observará os critérios desta Lei, devendo o Município estar em dia com as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias junto às instituições públicas para obtenção de certidões de regularidade fiscal federal, estadual e municipal e prestado conta de convênios anteriores juntos aos órgãos concedentes de recursos e informar ao Poder Legislativo todos os convênios firmados.

Seção VI

Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 33 - Deverá ser observado o disposto nas Resoluções nº 43/01 e 67/05, e demais alterações, do Senado Federal e autorizado por lei especial, os recursos para compor empréstimos, financiamentos, refinanciamentos e contrapartida de empréstimos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações; não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentalmente erro na alocação desses recursos.

Parágrafo único - Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional, com prévia autorização legislativa, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original.

Seção VII

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social



Art. 34 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, com programas, projetos e atividades próprios.

Parágrafo Único - Os programas de saúde deverão constar em demonstrativo próprio e de acordo com a legislação do Ministério da Saúde e do Tribunal de Contas dos Municípios.

Art. 35 - A lei orçamentária incluirá os recursos necessários ao atendimento:

I - do reajuste de encargos com benefícios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art. 7º inciso IV, da Constituição; e

II - da aplicação mínima de recursos próprios em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na legislação em vigor.

Parágrafo Único - Para efeito do inciso II do caput, consideram-se como ações e serviços públicos de saúde a totalidade das dotações, os encargos previdenciários da Secretaria e Fundo de Saúde do Município e os serviços da dívida da saúde.

Seção VIII

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 36 - O orçamento de investimento, se existente, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, será apresentado se o Município constituir ou vier constituir empresas, que participe direta ou indiretamente, da maioria do capital social com direito a voto de empresas públicas.

§ 1º - Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária a que se refere este artigo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão considerados investimentos as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excetuado as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

§ 2º - A despesa será discriminada, segundo a classificação funcional, expressa por categoria de programação em seu menor nível, inclusive com as fontes previstas no § 3º deste artigo.

§ 3º - O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - decorrentes de participação acionária do Município, diretamente ou por intermédio de empresa controladora;

III - oriundos de transferências do Município, sob outras formas que não as compreendidas no inciso II deste parágrafo;

IV - oriundos de empréstimos da empresa controladora;



V - oriundos da empresa controladora, não compreendidos naqueles referidos nos incisos II e IV deste parágrafo;

VI - decorrentes de participação acionária de outras entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Município;

VII - oriundos de operações de crédito externas;

VIII - oriundos de operações de crédito internas, exclusive as referidas no inciso IV deste parágrafo; e

IX - de outras origens.

§ 4º - A programação dos investimentos à conta de recursos oriundos do orçamento fiscal e da seguridade social, inclusive, mediante participação acionária, observará o valor e a destinação constantes do orçamento original.

§ 5º A mensagem que encaminhar o projeto de lei do orçamento de investimento será acompanhada de demonstrativo sintético, por empresa, do programa de dispêndios globais, informando a origem dos recursos, com o detalhamento mínimo e previsão da sua respectiva aplicação por elemento de despesa.

Seção IX

Da Abertura de Créditos Adicionais, Alterações e Execução da Lei Orçamentária.

Art. 37 - Conforme art. 7º, I, da Lei nº 4.320/64, e observado o disposto nos art. 42 e 43 da mesma norma, a Lei Orçamentária Anual de 2022 deverá autorizar, até o limite de 70% (setenta por cento), para o Poder Executivo e Legislativo a abrir créditos adicionais suplementares, e por remanejamento e transferência de dotações entre as unidades administrativas, projetos, atividades e elementos de despesas no decorrer do exercício financeiro, sendo as fontes de recursos, as modalidades de aplicação e os identificadores de resultado primário, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizados por meio de decretos do Poder Executivo e por ato próprio do Poder Legislativo em sua execução orçamentária.

§1º - O Poder Executivo poderá remanejar dotações orçamentárias dentro da classificação orçamentária da despesa de cada projeto ou atividade em nível de elemento e sub-elemento de despesa, através de ato competente para tal procedimento.

§2º - As modificações a que se refere a este artigo também deverão observar as vedações constantes desta Lei, sendo que toda alteração realizada nos termos do caput do presente artigo, deverá ser informada a Câmara Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco)



dias úteis da publicação e também, o Poder Legislativo informará ao Executivo as suas alterações orçamentárias no devido prazo legal.

Art. 38 - Os projetos de lei e decretos especiais relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo.

§ 1º - Acompanharão os projetos de lei e decretos relativos a créditos adicionais exposições de motivos que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais e respectivas subtítulos e metas.

§ 2º - Cada projeto de lei ou decreto deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 3º - Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição e no § 4º deste artigo, considera-se crédito suplementar, a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 4º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação pertinente.

Art. 39 - Os projetos de lei e decretos de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetem o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

Seção X

Das Disposições sobre a Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 40 - O Poder Executivo do Município deverá elaborar e publicar por ato próprio até trintadias após a publicação e vigência da Lei Orçamentária, o cronograma anual de desembolso financeiro mensal para 2022, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida nesta Lei.

Art. 41 - Para atender o art. 4º "b" e 9º da LRF LC 101/2000, o Poder Executivo deverá efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira, e apurará o montante da limitação informando a cada um dos órgãos ou Poder o montante que lhe caberá limitar, em cumprimento ao disposto neste artigo.

§ 1º - O montante da limitação a ser procedida por cada órgão referido no caput será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingencial total.



§ 2º - A base contingente corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária para 2022, são excluídas:

I - as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município;

II - as demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

III - as dotações referentes às atividades do Poder Legislativo constante da proposta orçamentária.

Art. 42 - A execução da Lei Orçamentária e seus créditos adicionais obedecerão ao princípio constitucional da impessoalidade da Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

Seção XI

Das Transferências de Recursos ao Poder Legislativo

Art. 43 - A transferência de recursos ao Poder Legislativo em 2022 terá como limite paraefeito de elaboração da proposta orçamentária os cálculos baseados no art. 29-A da Constituição Federal, tendo em conta a sua população divulgada no último censo pelo IBGE, atualmente 7% (sete por cento) com base na EC/n.58/2009, do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais previstas no § 5º do art. 153 e nos art. 158 e 159 da CF, efetivamente realizadas no exercício de 2020.

Parágrafo único - As transferências de recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e financeiros consignados ao Poder Legislativo serão efetuadas até o dia 20 de cada mês sob a forma de duodécimos conforme estabelecido na Constituição Federal.

Seção XII

Da Reserva de Contingência

Art. 44 - A reserva de contingência será constituída, exclusivamente, com recursos do orçamento fiscal; equivalendo, no projeto de Lei Orçamentária, o mínimo de 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida para atender passivos contingentes devido às situações emergentes e imprevistas no exercício fiscal de 2022.

Parágrafo Único - Não será considerada, para os efeitos do caput deste artigo a esta reserva, à conta de receitas próprias vinculadas.

Seção XIII

Das Renúncias de Receitas



Art. 45 - Em obediência ao art. 14 da LRF (LC 101/2000), caberá ao Chefe do Poder Executivo justificar a renúncia de receitas provenientes da concessão ou ampliação de incentivo, benefício ou isenção fiscal, de natureza tributária, a qual deverá ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de 2022 e nos dois seguintes, em decorrência de anistia, da ausência de retenção e recolhimento obrigatório de impostos e contribuições devidas ao município e demais esferas de governo, e quando se tratar de desconto para pagamento antecipado do IPTU o percentual máximo de desconto será de 30% (trinta por cento).

Parágrafo Único - Caberá também ao Presidente da Câmara Municipal e ordenadores de despesa de órgãos municipais, o cumprimento do disposto no caput deste artigo no que tange à retenção e ao recolhimento de impostos, taxas e contribuições.

Seção XIV

Das Diretrizes do Orçamento para a Educação

Art. 46 - Consoante art. 212 da Constituição Federal, Legislação do TCM e EC 53/06 de criação do FUNDEB, no Orçamento de 2022, os recursos destinados ao ensino devem constar em anexos e demonstrativos próprios, por Unidade Administrativa, Programas, Ações, Projetos e Atividades e destinar o percentual mínimo estabelecido legalmente para aplicação em educação.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 47 - A Lei Orçamentária assegurará recursos financeiros para manutenção e refinanciamento da dívida contratada, inclusive com a Previdência Social.

Art. 48 - Será consignada na lei orçamentária de 2022 a estimativa de receita para emissão de títulos, contratos da dívida pública municipal para fazer face, estritamente, a despesas com a desapropriação de imóveis urbanos, operações de crédito, precatórios, amortização, juros e outros encargos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Municipal.

Art. 49 - A Lei Orçamentária poderá contemplar recursos na composição da receita total do Município, para operações de crédito obedecido o limite estabelecido no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária deverá demonstrar as operações de créditos, com dotações em nível de projetos e atividades.

Art. 50 - O nível de endividamento deve cumprir os Art. 29, 30, 31 e 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Resoluções nº 43/01 e 67/05 do Senado Federal, cabendo aos Poderes Executivo e Legislativo, adotar medidas de caráter administrativo e legal para controlar, diminuir e não deixar elevar o endividamento municipal acima de 1,2% da



RCL, referente a resto a pagar sem a devida disponibilidade financeira, inadimplência de operações de créditos bancários, não recolhimento de tributos, contribuições sociais, previdenciárias, gastos de pessoal acima dos limites estabelecidos em lei, encargos e precatórios decorrentes de demandas trabalhistas e concessão de garantias, que resultar em déficit orçamentário e financeiro, a fim de alcançar o resultado primário e nominal positivo previsto no exercício financeiro de 2022.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 51 - Os Poderes Executivos e Legislativos terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a legislação vigente, projetada para o exercício de 2022, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, em conformidade com o disposto desta Lei, ficando autorizado mediante lei específica criar ou alterar o plano de cargo e salários, realizar concurso público para normalizar seus quadros de dotação de pessoal, bem como efetuar reajustes salariais, desde que observado o disposto no art. 169 da Constituição e Inciso III do artigo 19 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, desde que:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o artigo anterior desta Lei, considerando os cargos transformados, ou se houver vacância, após 30 de junho de 2022, dos cargos ocupados do quadro de pessoal;

II - houver prévia dotação orçamentária e financeira suficiente para o atendimento da despesa; III - for observado o limite previsto em artigo desta Lei;

IV - Não houver necessidade de contingenciamento de despesa para viabilizar o equilíbrio orçamentário e financeiro.

Art. 52 – Para efeito do artigo anterior, as despesas com pessoal ativo e inativo, do Poder Executivo e Legislativo observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar nº 101/2000 (art. 20, III, “a” e b”), sendo até 6% da Receita Corrente Líquida destinada ao Poder Legislativo e até 54% ao Poder Executivo, observado o limite prudencial de 95% estabelecido no art. 22, parágrafo único, da LRF (LC 101/2000), devendo o Poder Legislativo observar ainda o limite máximo permitido de gasto com pessoal de 70% da transferência de duodécimo pelo Poder Executivo Municipal, na forma do art. 29-A, §1º, da Constituição Federal.



Art. 53 - Os projetos de lei sobre transformação de cargo a que se refere esta lei, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo deverão ser acompanhados de manifestações das áreas de competência.

Art. 54 - De acordo com o § 6º do art. 39 da CF, o Poder Executivo publicará até 30 de junho de 2022, tabela com os totais, por níveis, de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos por Poder e Órgão.

Parágrafo Único - O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato próprio do Presidente da Câmara.

Art. 55 - No exercício de 2022, somente realizará serviço extraordinário quando a despesa não houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, exceto para o caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da 26ª Constituição, e para a realização do processo eleitoral municipal, e somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações de emergências e risco de prejuízo para a sociedade e mediante justificativa e autorização do gestor do órgão e no caso de contingenciamento de despesas de pessoal a redução do quadro de pessoal iniciará na ordem sequencial de serviços terceirizados, comissionados, temporários, não estáveis e por último os estáveis, estes com indenizações conforme prevê o art. 169 e 247 da Constituição Federal e art. 23 da LC 101/2000.

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput, é de exclusiva competência do Chefe Municipal e na Câmara Municipal, pelo seu Presidente.

Art. 56 - Os projetos de lei sobre transformação de cargos, a que se refere esta Lei, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestações das áreas de competência e depois de aprovadas remetidas cópias para cadastramento no Tribunal de Contas.

1º - Para atendimento do disposto no caput deste artigo, os projetos de lei serão sempre acompanhados de:

I - declaração do proponente e justificativa do ordenador de despesas, com as premissas e metodologia de cálculo utilizado, conforme estabelece os art. 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101, de 2000; e

II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, detalhada, no mínimo, por elemento de despesa.



§ 2º - O Poder Legislativo assumirá em seu âmbito as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 57 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, ficam autorizadas as concessões de aumento salarial, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões por concurso público ou contratações de pessoal a qualquer título do Executivo, desde que observado as regras da LRF LC 101/2000 e disponibilidade suficiente de dotação orçamentária e financeira, citado no art. 55 desta Lei.

Art. 58 - O disposto no § 11 do art. 18 da Lei Complementar nº. 101, de 2000, justifica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, que caracterizem substituição de mão-de-obra, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, contratos de terceirização e execução indireta de atividades que: sejam eventuais, acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento:

I - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou relativa a cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente;

II - não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL E A MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE NATUREZA CONTINUADA

Art. 59 - No orçamento de 2022, a fixação de despesas de capital deve guardar perfeita compatibilidade com as receitas de capital, principalmente quando decorrentes de operações de crédito e transferências voluntárias, conforme determina o § 2º do Art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a exceção quando houver economia de recursos em despesas correntes suficientes para aplicação em despesas de capital.

Parágrafo Único - As despesas de caráter continuado, devem ser levadas em conta as capacidades de investimentos, a margem de expansão e o impacto das despesas de caráter continuadas antes a implantação de projetos de investimentos no município.

CAPÍTULO VII

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA



Art. 60 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº. 101/2000. Parágrafo único - Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 61 - São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins desta Lei, os gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente que visam atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcance, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Parágrafo Único - Os Incentivos que trata este dispositivo somente poderão ser concedidos mediante lei regularmente aprovada pela Câmara Municipal.

Art. 62 - Decorrentes de alterações na legislação tributária a estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária e da respectiva lei, deverão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de proposta de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal, sob a fonte de recursos denominada Recursos Condicionados e de Outras fontes de recursos.

§ 1º - É vedada a utilização de receitas condicionadas no financiamento de despesas com pagamento de pessoal e benefícios previdenciários, exceto quando vinculadas ao atendimento dessas despesas.

§ 2º - Se forem estimadas a receitas, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada; em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 3º - Em caso das alterações propostas não sejam aprovadas, ou sejam parcialmente, até 28 de fevereiro de 2022, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, até 31 de março de 2022, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação sequencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

I - de até cem por cento das dotações relativas aos novos subtítulos de projetos;

II - de até sessenta por cento das dotações relativas aos subtítulos de projetos em andamento; de até vinte e cinco por cento das dotações relativas às ações de manutenção;



III - dos restantes quarenta por cento das dotações relativas aos subtítulos de projetos em andamento; - dos restantes setenta e cinco por cento das dotações relativas às ações de manutenção.

§ 4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

§ 5º - Observadas as vinculações de receitas vigentes, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas de que trata este artigo, antes do cancelamento previsto desta Lei, desde que destinadas ao atendimento de despesas obrigatórias relacionadas:

I - por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, no caso das despesas à conta de recursos decorrentes de alteração na vinculação das receitas;

II - somente por excesso de arrecadação, nos demais casos.

§ 6º - O Poder Executivo poderá enviar a Câmara Municipal, projeto de lei propondo alteração e atualização da legislação Tributária do Município em 2022.

Art. 63 - A previsão da receita que constará na Lei Orçamentária em 2022, contemplará as medidas administrativas de aperfeiçoamento, aumento e revisão dos tributos municipais com vistas à expansão da base tributária para aumentar as receitas próprias do município.

Art. 64 - A arrecadação de todas as receitas realizadas pelos poderes, Órgãos, fundos, e demais entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, obedecerá ao princípio de tesouraria e far-se-á exclusivamente por intermédio do regime de caixa para as receitas e de competência para as despesas através dos mecanismos da conta única do Tesouro Municipal.

CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 65 - Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros para outra esfera de governo ou entidade privada, conterão, obrigatoriamente, referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 66 - O Poder Executivo deverá atender, no prazo máximo de 15 dias úteis, contados da data de recebimento, as solicitações de informações que lhe forem encaminhadas pelo Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos da Câmara Municipal sobre os Planos, Programas, Projetos e Atividades e aspectos quantitativos e qualitativos da programação de receita e despesa para a Lei Orçamentária de 2022.

Art. 67 - Os Poderes Executivo e Legislativo deverão prever no orçamento de 2022, para utilização conforme lei específica, as despesas de adiantamento para pronto pagamento



através de suprimimento de fundos de acordo com os art. 68 e 69 da Lei nº4.320/64, Inciso II, alínea "a" do art.23 e art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Art. 68 - Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, os titulares dos poderes e órgãos, referidos no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000, publicarão e encaminharão aos órgãos competentes, os relatórios de Execução Orçamentária e Gestão Fiscal nos prazos estabelecidos no Manual da Secretaria do Tesouro Nacional e legislação própria do Tribunal de Contas dos Municípios.

Art. 69 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Parágrafo único - A contabilidade registrará conforme os seus princípios, os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Município, efetivamente ocorridos.

Art. 70 - Se a lei orçamentária não for sancionada pelo Chefe do Poder Executivo até 31 de dezembro de 2021, a programação dela constante deverá ser executada a contar de janeiro de 2022 para atendimento das despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município e despesa com a realização do processo eleitoral, constante de programação específica, a razão de um doze avos para as seguintes dotações orçamentárias.

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Regime Geral de Previdência Social;
- III - pagamento do serviço da dívida;
- IV - despesas decorrentes de contratos e convênios publicados até 31 de dezembro de 2021;
- V - programa de duração continuada;
- VI - saúde, educação, assistência social e convênios;
- VII - sentenças judiciais transitadas em julgado; e
- VIII - Transferências de duodécimos ao Poder Legislativo.

Art. 71 - No Orçamento de 2022, as receitas e despesas deverão ser orçadas a preços correntes a partir de setembro/2021 e prever atualização monetária das dotações após esse mês, com base no IGPM ou outro índice que vier a ser substituído pelo Governo Federal.

Art. 72 - O Poder Executivo poderá efetuar operações de crédito mediante lei específica e firmar convênios junto a outras esferas de governo, visando o desenvolvimento e a expansão dos setores da economia local, assim como prever dotação no orçamento de 2022 para



participar com recursos próprios de contrapartida exigida de operações de crédito, contratos e convênios.

Art. 73 - Na Lei Orçamentária, as despesas com publicidade, de cada Poder, constarão no Orçamento de 2022, sob rubrica própria para o programa com Encargos com Publicidade, será observado o somatório e limite máximo de 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida realizada no período.

Art. 74 - Na forma do Art. 62, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o Município fica autorizado a auxiliar o custeio de órgãos adidos com despesas do Estado e da União quando em benefício ou a serviço municipal, relacionado a gastos com operação da Polícia Militar, Serviço Militar, Cartório Eleitoral, Ministério Público, PROCON, Fórum de Justiça e outros de interesse municipal.

Art. 75 - Em cumprimento a Lei Complementar Federal LC 101/2000 e Normativos da Secretaria do Tesouro Nacional, os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo ficam determinados a fazer, publicar e encaminhar cópia ao Legislativo e ao Tribunal de Contas, nos prazos estabelecidos, os devidos Relatórios da Lei Fiscal.

Art. 76 - Observados os limites globais de empenho e a suficiência de disponibilidade de caixa, serão inscritos em restos a pagar somente as despesas empenhadas e efetivamente realizadas até 31 de dezembro, cuja liquidação se tenha verificado no ano ou possa vir a ocorrer no exercício seguinte.

Parágrafo Único - Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as despesas empenhadas não liquidadas que correspondam a compromissos efetivamente assumidos em virtude de convênios, acordos ou instrumentos congêneres que não constem na lei orçamentária do exercício seguinte.

Art. 77 - O Município poderá dar, início a novos projetos de investimentos desde que existam recursos orçamentários e financeiros assegurados para o atendimento aos projetos que já estão em andamento.

Art. 78 - Fica o Poder Executivo autorizado a encaminhar à Câmara Municipal, projetos de lei que visem ajustar, adequar ou compatibilizar os programas de trabalho, projetos ou investimentos previstos nesta Lei com o Plano Plurianual e o Orçamento de 2022 e vice-versa. Fica autorizado também a incluir no orçamento, programas, projetos e atividades ou ações e elementos de despesa necessários ao planejamento em virtude de obrigações constitucionais ou legais para o Município.

Art. 79 - De acordo com o PPA 2022-2025, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar as alterações no orçamento de 2022.

I - adequações nos indicadores dos programas;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL
Município de Nova Ipixuna
Gabinete da Chefe do Poder Executivo
CNPJ: 01.612.215/0001-26

II - alterar, incluir ou excluir programas de trabalho e ações de governo que envolvam recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento das empresas que vierem a ser constituídas e de períodos de duração superior a um exercício financeiro;

III - No valor do orçamento de 2022, sobre as receitas estimadas e despesas fixadas estabelecidas no PPA 2022-2025, quando houver comprovadas alterações nas realizações e execuções orçamentárias de exercícios anteriores.

Art. 80 - A proposição de dispositivo legal que crie órgãos, fundos, programas especiais ou similares, vinculando receita ou originando novas despesas, deverá obrigatoriamente atender os art. 16 e 17 da LRF LC 101/2000.

Art. 81 - Integram a esta Lei, os Anexos e demonstrativos previstos nos §§ 1º e 2º do artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000 e os programas de trabalho, projeto/atividades e ações incluídos do PPA do período 2022-2025.

Art. 82 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Ipixuna-PA, 07 de julho de 2021.


Maria da Graça Medeiros Matos
Prefeita Municipal

Órgão: 10 - Câmara Municipal de Nova Ipixuna

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0101 - Ação Legislativa

Atividades Administrativas: a) garantir a permanente manutenção do sistema de aprovação de leis e projetos de leis, planejamento e execução das atividades do Poder Legislativo, compreendendo desenvolvimentos das atividades normais no exercício, com indicativo de realização de pelo menos 12 sessões itinerantes, anualmente nas comunidades rurais do município de Nova Ipixuna. b) - Demais atividades correlatas.

Ação.....: 1001 - Aquisição de Veículos

Descrição: Garantir a aquisição de veículos destinados a atender as necessidades do Poder Legislativo Municipal de Nova Ipixuna-PA.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 75.464,00

Ação.....: 1002 - Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara

Descrição: Garantir sempre que necessário, recursos que viabilizem a reforma e ampliação das instalações do prédio onde funciona a Câmara Municipal

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 106.964,00

Ação.....: 2001 - Atividades do Legislativo

Descrição: Possibilitar ao cidadão maior clareza das ações do Poder Legislativo através de sessões itinerantes, garantir a manutenção dos benefícios sociais da sociedade Nova Ipixunense e, ao mesmo tempo, manter as atividades administrativas, inclusive de publicidade e de análise de projetos de leis e suas respectivas aprovações na Câmara Municipal de Vereadores de Nova Ipixuna, Estado do Pará.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 1.354.534,00

Ação.....: 2002 - Publicidade do Legislativo

Descrição: Garantir o processo de publicação das ações do Poder Legislativo, possibilitando o total entendimento por parte da sociedade.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 67.623,00

Subfunção: 124 - Controle Interno

Programa: 0101 - Ação Legislativa

Atividades Administrativas: a) garantir a permanente manutenção do sistema de aprovação de leis e projetos de leis, planejamento e execução das atividades do Poder Legislativo, compreendendo desenvolvimentos das atividades normais no exercício, com indicativo de realização de pelo menos 12 sessões itinerantes, anualmente nas comunidades rurais do município de Nova Ipixuna. b) - Demais atividades correlatas.

Ação.....: 2003 - Manutenção do Controle Interno

Descrição: Visa garantir o perfeito funcionamento das atividades do Controle Interno do Poder Legislativo; outras atividades correlatas

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 17.225,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2022 1.621.810,00

Órgão: 11 - Gabinete do Prefeito

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0103 - Administração Geral

Administração Geral: a) - garantir a manutenção permanente do processo administrativo das atividades desenvolvidas em todas as unidades gestoras do governo municipal, em todos os níveis, objetivando possibilitar o atendimento de forma ampliada e qualificada no decorrer do exercício financeiro 2014 e exercícios do quadriênio, garantindo resultados satisfatórios a toda a população beneficiária do programa. b) - Demais atividades correlatas.

Ação.....: 2004 - Interação Governo Comunidade

Descrição: a) Garantir a manutenção do processo de participação da sociedade no planejamento e ordenamento orçamentário, definição de demanda em todos os níveis. b) Promover plenárias de representação social objetivando a análise da gestão seja através de movimento pelo orçamento participativo, seja através de movimentos sociais organizados. c) Manter arquivo de memória dos temas

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	70
	Valor total:	52.500,00

TOTAL DO ÓRGÃO.....	Valor 2022	366.964,00
---------------------	------------	------------

Órgão: 13 - Sec. Mun. Planej. Orçamento e Finanças

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0103 - Administração Geral

Administração Geral: a) - garantir a manutenção permanente do processo administrativo das atividades desenvolvidas em todas as unidades gestoras do governo municipal, em todos os níveis, objetivando possibilitar o atendimento de forma ampliada e qualificada no decorrer do exercício financeiro 2014 e exercícios do quadriênio, garantindo resultados satisfatórios a toda a população beneficiária do programa. b) - Demais atividades correlatas.

Ação.....: 2009 - Manutenção das Atividades da Semupof

Descrição: Garantir a manutenção permanente das ações da unidade de administração e finanças; organização do quadro de pessoal, arquivo, análise de contratos temporários e contratações nos moldes da legislação; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	2.100.000,00

Ação.....: 2010 - Contribuição ao PASEP

Descrição: Garantir a manutenção do processo de repasse das obrigações tributárias e contributivas relativas ao PASEP sobre demais receitas advindas de tributos municipais e de transferências; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	210.000,00

Ação.....: 2011 - Contribuição Associativa - AMAT

Descrição: Garantir a manutenção da contribuição para a Associação dos Municípios do Araguaia, Tocantins e Carajás (AMATCARAJÁS), da qual o município mantém vínculo associativo.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	93.595,00

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	42.000,00

Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna

Programa: 0103 - Administração Geral

Administração Geral: a) - garantir a manutenção permanente do processo administrativo das atividades desenvolvidas em todas as unidades gestoras do governo municipal, em todos os níveis, objetivando possibilitar o atendimento de forma ampliada e qualificada no decorrer do exercício financeiro 2014 e exercícios do quadriênio, garantindo resultados satisfatórios a toda a população beneficiária do programa. b) - Demais atividades correlatas.

Ação.....: 2017 - Amortização e Encargos com o Serviço da Dívida
Descrição: Garantir o processo de amortização da dívida pactual com Previdência Social, e outros órgãos, de modo a possibilitar a permanência do município no processo de adimplimento para efeito de convênios e parcerias em todos níveis; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	210.000,00

Função: 99 - Reserva de Contingência

Subfunção: 999 - Reserva de Contingência

Programa: 9999 - Reserva de Contingência

RESERVA DE CONTINGÊNCIA: Garantir a disponibilidade de recursos, no percentual mínimo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida, destinados exclusivamente a cobertura de passivos contingentes e demais riscos fiscais imprevistos nos moldes da legislação fiscal em vigor.

Ação.....: 9001 - Reserva de Contingência
Descrição: Garantir a disponibilidade de recursos, no percentual mínimo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida, destinados exclusivamente a cobertura de passivos contingentes e demais riscos fiscais imprevistos nos moldes da legislação fiscal em vigor.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	420.000,00

TOTAL DO ÓRGÃO.....	Valor 2022	3.280.873,00
---------------------	------------	--------------

Órgão: 14 - Sec. Mun. de Obras e Serviços Públicos

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0103 - Administração Geral

Descrição: Construir e/ou recuperar praças, parques e jardins em locais adequados da cidade e da zona rural, tendo em vista a estética e o lazer dos moradores; demais atividades correlatas

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 630.000,00

Ação.....: 1009 - Construção e Recuperação de Próprios Públicos

Descrição: Garantir a construção e/ou recuperação de próprios públicos que venham a atender a demanda da Administração Municipal, podendo, para tal, firmar junto às esferas de governo bem como com a iniciativa privada; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 126.000,00

Ação.....: 1010 - Pavimentação, Recuperação e Urbanização de Ruas e Avenidas

Descrição: Visa garantir com recursos próprios ou em parceria com as esferas de governo, a pavimentação e recuperação de vias e logradouros públicos; outras atividades correlatas.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 751.166,00

Ação.....: 1059 - Construção de Galerias Fluviais

Descrição: Visa garantir a construção de galerias fluviais no município para melhorar a infraestrutura urbana.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 105.000,00

Programa: 0139 - Abastecimento de Água

Promover ações para equacionamento do problema de falta de água encanada em moradias das zonas rural e urbana do município, com garantia de obras de construção de sistemas de abastecimento de água, bem como, sua manutenção.

Ação.....: 1011 - Construção de Sistemas de Abastecimento de Água

Descrição: Visa assegurar a construção de sistemas de abastecimento de água no município de Nova Ipixuna, garantindo assim, o serviço de distribuição de água nos locais onde serão instalados; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 325.500,00

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0106 - Serviços Urbanos

Administração Geral: a) - garantir a manutenção permanente do processo administrativo das atividades desenvolvidas em todas as unidades gestoras do governo municipal, em todos os níveis, objetivando possibilitar o atendimento de forma ampliada e qualificada no decorrer do exercício financeiro 2014 e exercícios do quadriênio, garantindo resultados satisfatórios a toda a população beneficiária do programa. b) - Demais atividades correlatas.

Ação.....: 2022 - Manutenção da Fábrica de Bloquetes

Descrição: Garantir a manutenção do processo de fabricação de bloquetes, manilhas, caixa de concreto, dentre outros; promover, por meio de legislação específica e nos moldes da legislação vigente, a terceirização da produção de bloquetes, buscando garantir a empregabilidade e a produtividade permanente, para atender as necessidades do município e interessados; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 157.500,00

Programa: 0127 - Saneamento

Saneamento Urbano e Rural: a) - garantir a implementação de ações e projetos voltadas para o processo de saneamento pluvial e de esgoto, condicionando a melhores condições de vida a população. b) - desenvolver campanhas educativas sobre a coleta seletiva de lixo, a correta embalagem de lixos evitando proliferação de doenças altamente contagiosas no município. c) - desenvolver ampliação do sistema de aterro sanitário. d) - promover ações que objetivem garantir o fornecimento de água tratada para o consumo humano. e) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 1012 - Saneamento Urbano e Rural

Descrição: a) Implantar e manter o sistema de fornecimento de água tratada para o consumo humano. b) Implementar ações que objetivem a coleta seletiva de lixo, embalagem de lixo de alta periculosidade. c) Desenvolver ações e projetos de drenagem de água pluviais, tratamento, escoamento de esgotos. d) Promover o combate ao sistema de fossa filtrante no subsolo. e) Desenvolver campanhas educativas sobre saneamento básico; implantar aterro sanitário. f) Demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 840.000,00

Função: 25 - Energia

Subfunção: 752 - Energia Elétrica

Programa: 0115 - Energia Elétrica

Energia Elétrica: a) - garantir a manutenção permanente do sistema elétrico urbano, implantar ações que possibilitem a ampliação do sistema elétrico no centro urbano. b) - Implantar ações e projetos que possibilitem a implantação do sistema na zona rural do Município. c) - a autoridade competente poderá desenvolver as atividades deste programa em parcerias com órgãos do Governo estadual, federal e outras instituições nacionais e/ou internacionais. d) - outras atividades

Ação.....: 1017 - Construção e Recuperação de Pontes
Descrição: Visa garantir recursos que viabilizem a construção de pontes e recuperação das já existentes, permitindo assim o contínuo acesso de veículos e de pessoas

Unidade de medida: Projeto	Quantidade 2022: 5
	Valor total: 1.050.000,00

Ação.....: 2023 - Manutenção e Conservação de Pontes e Estradas Vicinais
Descrição: Garantir a manutenção e conservação de pontes e estradas vicinais do município, visando manter sua trafegabilidade, bem como a escoação de produção.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022: 5
	Valor total: 1.050.000,00

Ação.....: 2024 - Manutenção e Conservação de Máquinas e Veículos de Transporte
Descrição: Visa garantir recursos que possibilitem a manutenção e conservação de máquinas e veículos de transporte que atendem as necessidades da municipalidade; outras atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022: 1
	Valor total: 1.575.000,00

TOTAL DO ÓRGÃO.....	Valor 2022	11.948.026,00
---------------------	------------	---------------

Órgão: 15 - Sec. Mun. de Desenvolvimento Econômico

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0103 - Administração Geral

Administração Geral: a) - garantir a manutenção permanente do processo administrativo das atividades desenvolvidas em todas as unidades gestoras do governo municipal, em todos os níveis, objetivando possibilitar o atendimento de forma ampliada e qualificada no decorrer do exercício financeiro 2014 e exercícios do quadriênio, garantindo resultados satisfatórios a toda a população beneficiária do programa. b) - Demais atividades correlatas.

Ação.....: 2025 - Manutenção das Atividades da Semude

Descrição: a)Garantir a permanente manutenção do processo de desenvolvimento econômico através da unidade administrativa. b)Objetivar a implantação de ações e projetos que possibilitem o atendimento de forma ampliada e qualificada, sendo essas ações voltadas para a coordenação, execução e avaliação de resultados em todos os níveis, objetivando a consecução dos objetivos dos programas de produção e comercialização vegetal, produção e comercialização animal, produção e comercialização industrial, comércio e serviços e ordenamento territorial. c)Enquanto unidade de desenvolvimento econômico, interagir com demais unidades orçamentárias objetivando o melhoramento do atendimento. d)Demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 1.050.000,00

Programa: 0140 - Desenvolvimento Econômico

Garantir a implementação de ações que visem o desenvolvimento econômico do município, tais como: geração de empregos, captação de recursos, incentivo às associações e cooperativas, expansão do setor industrial, entre outras.

Ação.....: 1018 - Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas

Descrição: Garantir a aquisição de máquinas e implementos agrícolas fundamentais para a execução de trabalhos no campo, para a consecução deste objetivo a autoridade competente poderá firmar parcerias com as esferas de governo e também com a iniciativa privada; outras atividades correlatas.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 157.502,00

Subfunção: 127 - Ordenamento Territorial

Programa: 0114 - Ordenamento Territorial

Ordenamento Territorial: a) - promover o processo de recadastramento geral, tendo em vista a necessidade de fiscalização da execução de obras, loteamentos urbanos. b) - estruturação de espaço físico, adequar quadro de pessoal, adquirir material permanente diversos objetivando garantir a manutenção de um sistema complexo de coleta de dados relacionados ao ordenamento territorial urbano e rural do Município de Nova Ipixuna. c) - cadastrar os titulares de imóvel urbano e rural. d) promover o sistema de pesquisa e estatística, buscando subsidiar o aumento da arrecadação tributária municipal. e) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 2026 - Ordenamento Territorial

Descrição: a)Implantar um sistema informatizado de coleta de dados de titulares de imóveis urbanos e rurais. b)Promover a identificação de atividades rurais e urbanas. c)Identificar potencialidades e fragilidades. d)Promover a implantação de um sistema de cadastramento e recadastramento social e econômico. e)garantir o processo de pesquisa e estatísticas objetivando ampliar os atendimentos nas atividades de ponta como saúde, educação, assistência social e demais atividades de ponta. f) Garantir a ampliação do

Função: 23 - Comércio e Serviços

Subfunção: 691 - Promoção Comercial

Programa: 0113 - Promoção Comercial

PROMOÇÃO COMERCIAL: a) - promover o processo de potencialização comercial de produtos e serviços; b) - implantar o sistema de financiamentos para sustentabilidade do processo de comercialização; c) - formular pesquisa de opinião e mercado. d) - desenvolver ações voltadas a identificação de ponto de comercialização. e) - promover eventos relacionados ao marketing. f) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 2032 - Apoio a Pequena e Média Empresa

Descrição: Promover ações e projetos que icentivem as pequenas e médias empresas através da abertura de linhas de créditos para potencializar a comercialização; promover eventos de marketing e pesquisas de mercado e identificação de consumidor em potencial; implantar sistema de feira livre; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 52.500,00

Subfunção: 694 - Serviços Financeiros

Programa: 0116 - Administração de Concessões

ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES: a) - implantar ações que possibilitem garantir a manutenção do sistema de financiamento a microempreendedores, em todos os níveis, objetivando a geração do emprego e renda com demonstração de resultados de crescimento econômico. b) - poderá desenvolver as atividades deste programa por intermédio de instituições financeiras criadas especificamente para esta finalidade, da iniciativa privada e/ou instituições públicas. c) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 2033 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos

Descrição: Garantir a manutenção do sistema de financiamento para micros empreendedores, na forma da lei objetivando ampliar e qualificar o atendimento, de modo a potencializar o crescimento econômico e geração emprego e renda; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 105.000,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2022 3.014.415,00

Órgão: 16 - Sec. Mun. de Meio Ambiente e Turismo

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0119 - Gestão Ambiental

Gestão Ambiental: a) implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de agroindústrias no município. c) - promover campanhas de conscientização da sociedade. d) - promover e adequar o quadro de pessoal, espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. e) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 2034 - Manutenção das Atividades da Semmat

Descrição: Garantir a manutenção permanente das atividades administrativas da unidade, objetivando assegurar o atendimento de forma ampliada e qualificada a toda população do município, com ações e projetos relacionados à preservação do meio ambiente, bem como, relacionadas ao turismo eco-turismo no município; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 320.250,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2022 320.250,00

Órgão: 17 - Sec. Mun. de Cultura, Esporte Lazer

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0122 - Cultura

CULTURA E ARTE: a) - promover o desenvolvimento da arte e cultura do Município, relacionadas a danças folclóricas, carnavalescas, juninas. b) - potencializar a criatividade artística teatral, artesanal, pintura de muros e paredes, a arte esculpida dentre outras. c) - promover o intercâmbio cultural entre municípios. d) - Promover festivais de música, arte. e) - autoridade competente poderá, para a consecução dos objetivos deste programa, promover competições de caráter premiativo, em parceria ou não. f) - promover o desenvolvimento da Escola de Música. g) - promover eventos relacionados com a feira de ciência no município. h) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 2035 - Manutenção das Atividades da Semucel

Descrição: Garantir a permanente manutenção das atividades administrativas da unidade orçamentaria em epígrafe, objetivando garantir o planejamento, coordenação, execução e avaliação de resultados das ações e projetos desenvolvidos pela mesma, relacionados a cultura, esporte e lazer no município; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 105.004,00

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Programa: 0122 - Cultura

CULTURA E ARTE: a) - promover o desenvolvimento da arte e cultura do Município, relacionadas a danças folclóricas, carnavalescas, juninas. b) - potencializar a criatividade artística teatral, artesanal, pintura de muros e paredes, a arte esculpida dentre outras. c) - promover o intercâmbio cultural entre municípios. d) - Promover festivais de música, arte. e) - autoridade competente poderá, para a consecução dos objetivos deste programa, promover competições de caráter premiativo, em parceria ou não. f) - promover o desenvolvimento da Escola de Música. g) - promover eventos relacionados com a feira de ciência no município. h) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 2036 - Apoio à Disseminação da Cultura Religiosa(Emendas Impositivas Art.148-A)
Descrição: Assegurar apoio a eventos de caráter religioso para todas as entidades, com o objetivo de divulgar e disseminar a cultura religiosa.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	66.852,00

Ação.....: 2037 - Apoio a Eventos Municipais
Descrição: Garantir apoio financeiro a eventos municipais em datas festivas que visem a diversão dos cidadãos, como o aniversário da cidade, vaquejadas, rodeios, motocross e rallys, entre outros.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	93.593,00

Ação.....: 2038 - Disseminação da Cultura Popular
Descrição: Promover ações e projetos que objetivem garantir a manutenção do processo de realização das festividades carnavalescas, festas juninas, dentre outras; a autoridade competente poderá, através de incentivo financeiro e/ou estrutura, contribuir com a promoção desses eventos; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	80.223,00

Ação.....: 2111 - Construção da casa de cultura - Centro Cultural
Descrição: Construir a casa de cultura; adquirir equipamentos e materiais permanente destinados a mobiliar esse local, bem como para outras atividades que objetivem a potencialização da cultura municipal; para consecução dos objetivos desta ação, a autoridade poderá desenvolver parcerias com órgãos do governo federal, estadual, instituições de qualquer natureza; demais

atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 73.500,00

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 0123 - Esporte e Lazer

ESPORTE E LAZER: a) - desenvolver ações e projetos que potencializem o esporte amador e semiprofissional, a prática de lazer, em todos níveis e para todas as idades. b) - a autoridade competente poderá adequar espaço físico, quadro de pessoal, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e material permanente para a consecução dos objetivos deste programa. c) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 1024 - Manutenção do Estádio Municipal

Descrição: Assegurar a reforma e ampliação de estádio destinado à prática de futebol de campo no município; para consecução desse objetivo a autoridade competente poderá firmar parcerias com as esferas de governo, bem como com a iniciativa privada; outras atividades correlatas.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 106.964,00

Ação.....: 1026 - Construção e Reforma de Quadras Poliesportivas

Descrição: Garantir recursos que visem a construção e reforma de quadras poliesportivas no município objetivando mantê-las em condições de uso contínuo

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 2
Valor total: 141.750,00

Ação.....: 2039 - Apoio às Ativ. de Desporto Comunitário e Amador (Emendas Impositivas Art.148-A)

Descrição: Garantir apoio às atividades do desporto comunitário e amador no município; adquirir materiais esportivos e outros artigos relacionados com a prática do esporte amador; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 106.964,00

Ação.....: 2040 - Apoio a Manifestações Desportivas e Lazer

Descrição: Promover eventos de lazer tais como "domingo popular de lazer"; promover passeios e excursões objetivando o intercâmbio cultural e recreativo da sociedade; adequar espaço físico e demais estruturas para a consecução dos

objetivos deste programa; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	66.852,00

TOTAL DO ÓRGÃO.....	Valor 2022	841.702,00
---------------------	------------	------------

Órgão: 18 - Sec. Mun. de Desenvolvimento Educacional

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0141 - Educação: Gestão Administrativa

EDUCAÇÃO: GESTÃO ADMINISTRATIVA: a) garantir a manutenção do processo de planejamento, coordenação, execução, avaliação e controle das atividades desenvolvidas com educação. b) - a autoridade competente, para consecução dos objetivos deste programa poderá formalizar convênios e/ou acordos com órgãos do governo federal, estadual e com instituições de qualquer natureza. c) - adequar espaço físico, quadro de pessoal, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. d) - promover o processo de publicação das ações desenvolvidas na educação pública municipal. e) - coordenar ações do PNAE. f) demais atividades correlatas.

Ação.....: 2041 - Encargos com o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE
Descrição: Visa assegurar a manutenção com o conselho municipal de alimentação escolar que tem a finalidade de fiscalizar os recursos dispendidos com a merenda escolar no âmbito municipal; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	26.741,00

Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição

Programa: 0141 - Educação: Gestão Administrativa

EDUCAÇÃO: GESTÃO ADMINISTRATIVA: a) garantir a manutenção do processo de planejamento, coordenação, execução, avaliação e controle das atividades desenvolvidas com educação. b) - a autoridade competente, para consecução dos objetivos deste programa poderá formalizar convênios e/ou acordos com órgãos do governo federal, estadual e com instituições de qualquer natureza. c) - adequar espaço físico, quadro de pessoal, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. d) - promover o processo de publicação das ações desenvolvidas na educação pública municipal. e) - coordenar ações do PNAE. f) demais atividades correlatas.

Ação.....: 2042 - Manutenção do Programa de Alimentação Escolar e Nutrição - PNAE

Descrição: Garantir a manutenção do programa de alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 3.950
Valor total: 766.500,00

Função: 12 - Educação

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0141 - Educação: Gestão Administrativa

EDUCAÇÃO: GESTÃO ADMINISTRATIVA: a) garantir a manutenção do processo de planejamento, coordenação, execução, avaliação e controle das atividades desenvolvidas com educação. b) - a autoridade competente, para consecução dos objetivos deste programa poderá formalizar convênios e/ou acordos com órgãos do governo federal, estadual e com instituições de qualquer natureza. c) - adequar espaço físico, quadro de pessoal, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. d) - promover o processo de publicação das ações desenvolvidas na educação pública municipal. e) - coordenar ações do PNAE. f) demais atividades correlatas.

Ação.....: 2043 - Manutenção das Atividades da Semuded

Descrição: Garantir a permanente manutenção das atividades administrativas da unidade orçamentária em epígrafe, objetivando garantir o planejamento, coordenação, execução e avaliação de resultados das ações e projetos desenvolvidos pela mesma, relacionados a educação do município; demais atividades correlatas

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 133.705,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2022 926.946,00

Órgão: 19 - Sec. Mun. de Desenv. da Saúde Pública

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0125 - Saúde: Gestão Administrativa

Saúde: a) garantir a manutenção do processo de planejamento, coordenação, execução, avaliação e controle das atividades desenvolvidas com saúde pública municipal. b) - a autoridade competente, para consecução dos objetivos deste programa poderá formalizar convênios e/ou acordos com órgãos do governo federal, estadual e com instituições de qualquer natureza. c) - adequar espaço físico,

quadro de pessoal, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. d) - promover o processo de publicação das ações desenvolvidas na saúde pública municipal. e) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 2044 - Manutenção das Atividades da Semudesp

Descrição: Garantir a manutenção do processo de planejamento, coordenação, execução, avaliação e controle das atividades desenvolvidas com saúde pública municipal e saneamento; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 133.705,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2022 133.705,00

Órgão: 20 - Sec. Mun. de Desenvolvimento Social

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0128 - Desenvolvimento Social

Desenvolvimento Social: a) - garantir a manutenção do sistema de planejamento, coordenação, execução, avaliação e controle social das ações assistenciais desenvolvidas pela unidade administrativa. b) - adequar espaço, quadro de pessoal, nos moldes da legislação, c) - estruturar a unidade, possibilitando a ampliação e qualificação do atendimento a toda comunidade ipixunense. d) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 2045 - Manutenção das Atividades da Semudeso

Descrição: Garantir a manutenção do sistema de planejamento, coordenação, execução, avaliação e controle social das ações assistenciais desenvolvidas pela unidade administrativa.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 96.800,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2022 96.800,00

Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0104 - Frota Renovada

avaliação e controle das atividades desenvolvidas com saúde pública municipal; promover a adequação da legislação vigente, do quadro de pessoal, bem como, adquirir material de consumo diversos, equipamentos e materiais permanente e adequar o espaço físico; promover o processo de modernização e capacitação de pessoal, adquirir veículos de apoio; assegurar ações de parcerias e/ou consórcios objetivando a ampliação do atendimento em saúde; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 1.008.000,00

Ação.....: 2049 - Encargos com Publicidade

Descrição: Assegurar a divulgação de ações praticas pelo Fundo Municipal de Saúde, seja em meio televisivo, rádio ou através de propaganda volante, visando manter a população informada a cerca das atividades de saúde desenvolvidas no município.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 42.000,00

Programa: 0126 - Saúde: Atenção Básica

Atenção Básica: a) - garantir a manutenção permanente dos serviços básicos de saúde. b) - implementar ações que possibilitem a ampliação do atendimento médico e hospitalar a toda população. c) - garantir a manutenção do processo de fornecimento de medicamentos, buscando ampliar o atendimento, adequar o espaço para armazenamento dos medicamentos, capacitar o quadro de pessoal. d) - implantar unidade de apoio ao acompanhamento e execução das atividades sanitárias. f) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 2121 - Enfrentamento da Emergência COVID19

Descrição: Financiamento de ações e serviços públicos de saúde compreendidos por , ações de atenção básica, vigilância, média e alta complexidade, bem como aquisição e distribuição de medicamentos e insumos, aquisição de equipamentos, contratação de serviços de saúde, contratação temporária de pessoal, divulgação de informações à população, bem como outras despesas necessárias para o enfrentamento do coronavírus.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 315.000,00

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 0126 - Saúde: Atenção Básica

Atenção Básica: a) - garantir a manutenção permanente dos serviços básicos de saúde. b) - implementar ações que possibilitem a ampliação do atendimento médico e hospitalar a toda população. c) - garantir a manutenção do processo de fornecimento de medicamentos, buscando ampliar o atendimento, adequar o espaço para armazenamento dos medicamentos, capacitar o quadro de pessoal. d) - implantar unidade de apoio ao acompanhamento e execução das atividades sanitárias.

Descrição: Implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).
Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2022: 1
Valor total: 225.750,00

Ação.....: 2118 - Tratamento Fora de Domicílio (TFD)
Descrição: garantir o acesso de pacientes do município a serviços assistenciais em outro município, ou ainda, em caso especiais, de um Estado para outro Estado
Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2022: 1
Valor total: 209.475,00

Ação.....: 2119 - Suporte Profilático e Terapêutico
Descrição: Garantir implantação de atividades que possam dar suporte e assistência a pacientes do município, buscando melhorar a qualidade de vida.
Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2022: 1
Valor total: 110.250,00

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Programa: 0138 - Saúde: Vigilância em Saúde
Garantir a manutenção de políticas de saúde voltadas para a vigilância em saúde.

Ação.....: 2061 - Programa Vigilância Sanitária - VISA
Descrição: Garantir a implantação de projetos e ações voltadas para o controle sanitário em todos os níveis buscando propiciar melhoria da qualidade dos alimentos para a população; demais atividades correlatas.
Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2022: 1
Valor total: 66.852,00

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Programa: 0138 - Saúde: Vigilância em Saúde
Garantir a manutenção de políticas de saúde voltadas para a vigilância em saúde.

Ação.....: 2060 - Ações Básicas de Vigilância em Saúde
Descrição: Desenvolver ações básicas de vigilância em saúde no município de Nova Ipixuna.
Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2022: 1
Valor total: 106.964,00

Ação.....: 2062 - Epidemiologia e Controle de Doenças - ECD

Descrição: Garantir ações básicas de investigação epidemiológica e ambiental, de diagnósticos de risco, ações de controle, eliminação e erradicação de agentes de agravos e danos à saúde individual e coletiva da população de Nova Ipixuna; outras atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 88.200,00

Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição

Programa: 0145 - Programa de Fórmulas Infantis
Garantir a integralidade da assistência às crianças com distúrbios nutricionais.

Ação.....: 2120 - Dispensação de Fórmulas Infantis Especiais
Descrição: Garantir a integralidade da assistência às crianças com distúrbios nutricionais.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 97.819,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2022 11.201.265,00

Órgão: 22 - Fundo Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0104 - Frota Renovada
Visa garantir a renovação da frota de veículos automotores do município, visando o pleno atendimento das necessidades das secretarias municipais e do gabinete do prefeito.

Ação.....: 1032 - Aquisição de Veículos Administrativos
Descrição: Garantir a aquisição de veículos destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 75.464,00

Programa: 0141 - Educação: Gestão Administrativa
EDUCAÇÃO: GESTÃO ADMINISTRATIVA: a) garantir a manutenção do processo de planejamento, coordenação,

ENSINO MÉDIO; a) - garantir a manutenção do ensino médio do município, possibilitando o atendimento de forma ampliada e qualificada em todos os níveis da rede municipal de ensino, b) - adequar quadro de pessoal, incluindo a qualificação dos profissionais. c) - adequar espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos. d) - adquirir equipamentos e materiais permanente. e) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 2074 - Desenvolvimento do Ensino Modular

Descrição: Desenvolver de forma mais intensa a disseminação do ensino modular no município, visto as notórias vantagens que esse método de ensino proporciona; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 105
Valor total: 66.852,00

Ação.....: 2075 - Manutenção do Ensino Médio

Descrição: Garantir projetos e ações que viabilizem a manutenção do ensino médio no município atendendo as necessidades desses alunos matriculados na rede municipal de ensino; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 105
Valor total: 68.250,00

Subfunção: 363 - Ensino Profissional

Programa: 0129 - Educação Profissionalizante

EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: a) garantir ações e projetos que viabilizem a implementação da educação profissionalizante no município; b) garantir a aquisição de materiais de consumo destinados a atender esses projetos; c) promover a realização de cursos técnicos profissionalizantes; d) outras atividades correlatas.

Ação.....: 2076 - Manutenção do Ensino Profissionalizante

Descrição: Garantir e assegurar a manutenção do ensino profissionalizante no município, capacitação dos alunos e possibilitando a inclusão destes no mercado de trabalho; adquirir materiais de consumo destinados a atender as necessidades desses projetos; promover a implantação de cursos técnicos profissionalizantes; outras atividades correlatas

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 55
Valor total: 68.250,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2022 3.573.154,00

Órgão: 23 - Fundeb

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0124 - Fundeb: Ensino Fundamental

profissionais do Magistério, beneficiando os alunos da rede municipal de ensino fundamental; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2022: 1
Valor total: 7.699.823,00

Programa: 0135 - Transporte Escolar

TRANSPORTE ESCOLAR: executar, na forma da legislação, projetos relacionados ao transporte escolar no município de Nova Ipixuna, visando melhorar as condições de transporte de alunos da rede municipal de ensino.

Ação.....: 1041 - Aquisição de Transporte Escolar - Ensino Fundamental - 40%
Descrição: Garantir a aquisição de veículos destinados a atender ao programa de apoio ao transporte escolar do município, através de recursos assegurados pelo Fundeb, visando aumento a qualidade do serviço prestado ao alunado.

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2022: 2
Valor total: 321.000,00

Ação.....: 2079 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental - 40%
Descrição: Assegurar, com recursos do Fundeb, a manutenção do transporte escolar que atende o alunado da rede municipal de ensino; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2022: 1
Valor total: 895.658,00

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 0121 - Fundeb; Educação Infantil

Educação Infantil: a) garantir a manutenção permanente das ações voltadas para o desenvolvimento do ensino infantil municipal. b) - buscar qualificar profissionais objetivando ampliar o atendimento, universalizando e verticalizando o ensino como um todo. c) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 1042 - Construção e Aparelhamento de Creches
Descrição: Garantir a construção e aparelhamento de creches para atender as necessidades das crianças com idade infantil, mobiliar e aparelhar as unidades de creches construídas; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2022: 1
Valor total: 315.000,00

Ação.....: 1043 - Reforma e Ampliação de Creches
Descrição: Assegurar projetos e ações que viabilizem a reforma e ampliação de creches, com vistas a atender as necessidades de crianças com idade infantil.

Unidade de medida: Projeto	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	157.500,00

Ação.....: 2080 - Manutenção do Ensino Infantil - 60%
Descrição: Garantir o atendimento ao alunado de creches e pré-escola, em torno de 300 alunos anualmente, buscar qualificar o processo da educação infantil, com adequação do espaço físico e capacitação de professores de modo a possibilitar a melhora no ensino, bem como, a ampliação do atendimento do mesmo; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	300
	Valor total:	215.250,00

Ação.....: 2081 - Manutenção do Ensino Infantil - 40%
Descrição: Garantir o atendimento ao alunado de creches e pré-escola, em torno de 300 alunos anualmente, buscar qualificar o processo da educação infantil, com adequação do espaço físico e capacitação de professores de modo a possibilitar a melhora no ensino, bem como, a ampliação do atendimento do mesmo; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	300
	Valor total:	168.000,00

Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos

Programa: 0142 - Fundeb: EJA

MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: a) garantir ações e projetos que viabilizem a implementação da educação de jovens e adultos no município; b) garantir a aquisição de materiais de consumo destinados a atender esses projetos; c) promover a realização de cursos de formação, capacitação e especialização de profissionais que atuam com alunos atendidos por esses projetos; d) outras atividades correlatas.

Ação.....: 2082 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - EJA
Descrição: Garantir a plena execução da educação de jovens e adultos - EJA, conforme recursos disponíveis do Fundeb e suas especificações; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	100
	Valor total:	89.250,00

Subfunção: 367 - Educação Especial

Programa: 0130 - Fundeb; Educação Especial

EDUCAÇÃO ESPECIAL/FUNDEB: a) garantir ações e projetos que viabilizem a implementação da educação

especial no município; b) garantir a aquisição de materiais de consumo destinados a atender esses projetos; c) promover a realização de cursos de formação, capacitação e especialização de profissionais que atuam com alunos atendidos por esses projetos; d) adequar espaços físicos para atendimento desses alunos; e) outras atividades correlatas.

Ação.....: 2083 - Manutenção da Educação Especial

Descrição: Garantir e assegurar a manutenção da educação especial no município atendendo o alunado com necessidades especiais, adquirir materiais de consumo destinados a atender as necessidades desses projetos, promover adequação de espaço físicos para atendimento desses projetos; outras atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 168.000,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2022 14.454.481,00

Órgão: 24 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0104 - Frota Renovada

Visa garantir a renovação da frota de veículos automotores do município, visando o pleno atendimento das necessidades das secretarias municipais e do gabinete do prefeito.

Ação.....: 1044 - Aquisição de Veículos

Descrição: Garantir a aquisição de veículos destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 50.000,00

Programa: 0128 - Desenvolvimento Social

Desenvolvimento Social: a) - garantir a manutenção do sistema de planejamento, coordenação, execução, avaliação e controle social das ações assistenciais desenvolvidas pela unidade administrativa. b) - adequar espaço, quadro de pessoal, nos moldes da legislação. c) - estruturar a unidade, possibilitando a ampliação e qualificação do atendimento a toda comunidade ipixunense. d) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 1045 - Reforma e Ampliação do Centro de Referência em Assist. Social / CRAS

Descrição: Garantir a reforma e/ou ampliação do prédio onde funciona o CRAS do município, assegurando assim o pleno funcionamento das atividades lá desenvolvidas.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 105.000,00

Ação.....: 2084 - Encargos com o Conselho Municipal de Assistência Social
Descrição: Assegurar a manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Ipixuna, por se tratar de entidade que fiscaliza os dispêndios com a essa função no município

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 80.000,00

Ação.....: 2085 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
Descrição: Garantir a manutenção permanente das ações da unidade de trabalho e promoção social, organização do quadro de funcionários da unidade, desenvolver ações e projetos que visem o trabalho no município, seja quantitativa ou qualitativamente, promover ações que tenham como alvo o social, ou seja, que visem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 690.645,00

Ação.....: 2122 - Prevenção e Combate ao COVID-19
Descrição: Ações socioassistenciais com a finalidade de aumentar a capacidade de resposta no SUAS no atendimento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da COVID-19.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 50.000,00

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 0128 - Desenvolvimento Social

Desenvolvimento Social: a) - garantir a manutenção do sistema de planejamento, coordenação, execução, avaliação e controle social das ações assistenciais desenvolvidas pela unidade administrativa. b) - adequar espaço, quadro de pessoal, nos moldes da legislação, c) - estruturar a unidade, possibilitando a ampliação e qualificação do atendimento a toda comunidade ipixunense. d) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 1047 - Reforma e Ampliação da Casa de Passagem
Descrição: Visa garantir a reforma do prédio destinado a atender crianças e adolescentes em situação de risco atendidas pelo Conselho Tutelar.

Unidade de medida: Projeto	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	53.482,00

Ação.....: 2086 - Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Descrição: Garantir a gestão dos recursos oriundos do FNAS, conforme novo modelo de gestão implantado, visando o atendimento de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, conforme necessidades do município

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	296.100,00

Ação.....: 2097 - Manutenção da Casa de Passagem
Descrição: Visa garantir a manutenção do espaço utilizado para abrigar, temporariamente, crianças e adolescentes em situação de risco atendidas pelo Conselho Tutelar.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	40.111,00

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0128 - Desenvolvimento Social

Desenvolvimento Social: a) - garantir a manutenção do sistema de planejamento, coordenação, execução, avaliação e controle social das ações assistenciais desenvolvidas pela unidade administrativa. b) - adequar espaço, quadro de pessoal, nos moldes da legislação. c) - estruturar a unidade, possibilitando a ampliação e qualificação do atendimento a toda comunidade ipixunense. d) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 1046 - Construção e Reforma do Prédio do CREAS
Descrição: Garantir a implantação do CREAS no município, seja com construção ou reforma de prédio, visando o pleno funcionamento de suas atividades.

Unidade de medida: Projeto	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	66.852,00

Ação.....: 2087 - Benefícios Eventuais
Descrição: Garantir a concessão de benefícios eventuais à população carente do município, tais como: ajuda de custo, urnas funerárias, cestas básicas, entre outros, conforme necessidades do município assistidas por profissionais da Assistência Social.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	66.852,00

Ação.....: 2088 - Manutenção do P.B.V. III - Equipes Volantes do CRAS

crianças e adolescentes; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	133.705,00

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 0143 - Cuidado com a Criança e Adolescente

Cuidado com a Criança e Adolescente: a) - garantir a manutenção do sistema de planejamento, coordenação, execução, avaliação e controle social das ações assistenciais desenvolvidas pela unidade administrativa voltadas para o atendimento da criança e adolescente. b) - adequar espaço, quadro de pessoal, nos moldes da legislação. c) - estruturar a unidade, possibilitando a ampliação e qualificação do atendimento a toda comunidade Ipixunense. d) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 2098 - Encargos com o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
Descrição: Garantir a manutenção do Conselho Tutelar, visando a proteção de crianças e adolescentes do município; outras atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	52.500,00

Ação.....: 2099 - Serviço de Acolhimento Institucional - Convênios
Descrição: Garantir recursos destinados a manutenção do centro de acolhimento destinado a atender crianças e adolescentes em condições de risco; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade	Quantidade 2022:	1
	Valor total:	26.741,00

TOTAL DO ÓRGÃO.....	valor 2022	254.946,00
---------------------	------------	------------

Órgão: 26 - Fundo Municipal de Meio Ambiente

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0103 - Administração Geral

Administração Geral: a) - garantir a manutenção permanente do processo administrativo das atividades desenvolvidas em todas as unidades gestoras do governo municipal, em todos os níveis, objetivando possibilitar o atendimento de forma ampliada e qualificada no decorrer do exercício

financeiro, 2014 e exercícios do quadriênio, garantindo resultados satisfatórios a toda a população beneficiária do programa. b) - Demais atividades correlatas.

Ação.....: 2100 - Encargos com o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMMA
Descrição: a) Implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de agroindústrias no município. c) - promover campanhas de conscientização da sociedade. d) - promover e adequar o quadro de pessoal, espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. e) - demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2022: 1
Valor total: 9.359,00

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0119 - Gestão Ambiental

Gestão Ambiental: a) implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de agroindústrias no município. c) - promover campanhas de conscientização da sociedade. d) - promover e adequar o quadro de pessoal, espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. e) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 2101 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Meio Ambiente
Descrição: a) Implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de agroindústrias no município. c) - promover campanhas de conscientização da sociedade. d) - promover e adequar o quadro de pessoal, espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. e) - demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2022: 1
Valor total: 89.253,00

Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 0119 - Gestão Ambiental

Gestão Ambiental: a) implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de agroindústrias no município. c) - promover campanhas de conscientização da sociedade. d) - promover e adequar o quadro de pessoal, espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. e) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 1048 - Proteção da Fauna e Flora

Descrição: Gestão Ambiental: a) implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 32.550,00

Ação.....: 1049 - Controle da Poluição

Descrição: a) Implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de agroindústrias no município. c) - promover campanhas de conscientização da sociedade. d) - promover e adequar o quadro de pessoal, espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. e) - demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 21.000,00

Ação.....: 1050 - Pesquisa e Educação Ambiental

Descrição: a) Implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de agroindústrias no município. c) - promover campanhas de conscientização da sociedade. d) - promover e adequar o quadro de pessoal, espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. e) - demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 26.741,00

Ação.....: 2102 - Manutenção de Unidades de Conservação, Parques e Bosques

Descrição: a) Implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos

de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de agroindústrias no município. c) - promover campanhas de conscientização da sociedade. d) - promover e adequar o quadro de pessoal, espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. e) - demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 24.067,00

Subfunção: 542 - Controle Ambiental

Programa: 0119 - Gestão Ambiental

Gestão Ambiental: a) implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de agroindústrias no município. c) - promover campanhas de conscientização da sociedade. d) - promover e adequar o quadro de pessoal, espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. e) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 1051 - Aquisição de Máquinas e Veículos

Descrição: Garantir a aquisição de veículos destinados a atender as necessidades da Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 31.500,00

Ação.....: 1052 - Utilização de Recursos Naturais

Descrição: a) Implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de agroindústrias no município. c) - promover campanhas de conscientização da sociedade. d) - promover e adequar o quadro de pessoal, espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. e) - demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 26.741,00

Ação.....: 1053 - Elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico de Nova Ipixuna - ZEENI

Descrição: a) Implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de

Descrição: Garantir a manutenção e gestão de resíduos sólidos e a coleta seletiva de lixo no município.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 9.359,00

Programa: 0144 - Preservação do Meio Ambiente

Ação.....: 2105 - Ações Turísticas e Apoio ao Ecoturismo

Descrição: a) Implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de agroindústrias no município. c) - promover campanhas de conscientização da sociedade. d) - promover e adequar o quadro de pessoal, espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. e) - demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 18.718,00

Subfunção: 543 - Recuperação de Áreas Degradadas

Programa: 0119 - Gestão Ambiental

Gestão Ambiental: a) implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de agroindústrias no município. c) - promover campanhas de conscientização da sociedade. d) - promover e adequar o quadro de pessoal, espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. e) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 2106 - Manutenção de Áreas Degradadas

Descrição: a) Implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de agroindústrias no município. c) - promover campanhas de conscientização da sociedade. d) - promover e adequar o quadro de pessoal, espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. e) - demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade

Quantidade 2022: 1
Valor total: 41.448,00

Subfunção: 544 - Recursos Hídricos

Programa: 0119 - Gestão Ambiental

Gestão Ambiental: a) implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de agroindústrias no município. c) - promover campanhas de conscientização da sociedade. d) - promover e adequar o quadro de pessoal, espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. e) - demais atividades correlatas.

Ação.....: 1056 - Recuperação e Pres.de Recursos Hídricos -rios e lagos(Emendas Impositivas Art148
Descrição: a) Implementar ações e projetos que objetivem garantir o processo de gestão ambiental, com preservação do meio, recuperação de áreas degradadas, projetos de reflorestamentos, implantação de unidade de produção de mudas e sementes. b) - potencializar a produção agroextrativista. Subsidiar a implantação de agroindústrias no município. c) - promover campanhas de conscientização da sociedade. d) - promover e adequar o quadro de pessoal, espaço físico, adquirir materiais de consumo diversos, equipamentos e materiais permanentes. e) - demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2022: 1
Valor total: 53.482,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2022 564.682,00

Órgão: 27 - Fundo Municipal de Habitação

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0118 - Habitação

a) implementar ações e projetos para construção de 160 casas populares, destinadas a moradia permanente, dotadas de infra-estrutura urbana, sanitária e demais necessidades básicas. b) a autoridade poderá desenvolver este programa em parceria com o governo estadual, federal e/ou quaisquer instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. c) Demais atividade correlatas.

Ação.....: 2107 - Encargos com o Conselho Municipal de Habitação
Descrição: Garantir o funcionamento e a manutenção do Conselho Municipal de Habitação; demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2022: 1
Valor total: 17.381,00

Subfunção: 482 - Habitação Urbana

Programa: 0118 - Habitação

a) implementar ações e projetos para construção de 160 casas populares, destinadas a moradia permanente, dotadas de infra-estrutura urbana, sanitária e demais necessidades básicas. b) a autoridade poderá desenvolver este programa em parceria com o governo estadual, federal e/ou quaisquer instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. c) Demais atividade correlatas.

Ação.....: 1020 - Construção de Casas Populares

Descrição: a) Promover ações e projetos que possibilitem a construção de 160 casas populares no decorrer do quadriênio, compreendendo a 40 cas populares ao ano, podendo essas ações serem desenvolvidas em parcerias ou não com órgão do governo federal e/ou estadual, instituições de qualquer natureza, nacionais e internacionais. b) Dotar o projeto de estrutura física, necessária promovendo assim, condições de melhores de vida para a população. c) Demais atividades correlatas.

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2022: 45
Valor total: 141.750,00

Ação.....: 1057 - Construção de Habitações Populares de Interesse Social

Descrição: a) implementar ações e projetos para construção de casas populares, destinadas a moradia permanente, dotadas de infra-estrutura urbana, sanitária e demais necessidades básicas. b) a autoridade poderá desenvolver este programa em parceria com o governo estadual, federal e/ou quaisquer instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. c) Demais atividade correlatas.

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2022: 1
Valor total: 141.750,00

Ação.....: 2108 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Habitação

Descrição: Garantir ações e recursos destinados a plena manutenção das atividades do Fundo em epígrafe em suas atividades.

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2022: 1
Valor total: 52.502,00

Ação.....: 2109 - Melhoria das Condições de Habitabilidade

Descrição: Garantir recursos para melhoria das condições de habitabilidade.

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2022: 1
Valor total: 33.426,00

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Programa: 0118 - Habitação

a) implementar ações e projetos para construção de 160 casas populares, destinadas a moradia permanente, dotadas de infra-estrutura urbana, sanitária e demais necessidades básicas. b) a autoridade poderá desenvolver este programa em parceria com o governo estadual, federal e/ou quaisquer instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. c) Demais atividade correlatas.

Ação.....: 1058 - Saneamento Básico, Infraestr. e Equip. Urb. p/ Habitações Pop. de Inter. Social
Descrição: Garantir recursos para manutenção do sistema de Saneamento Básico, Infraestr. e Equip. Urb. p/ Habitações Pop. de Inter. Social.

Unidade de medida: Projeto

Quantidade 2022: 1
Valor total: 66.852,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2022 453.661,00

TOTAL GERAL..... Valor 2022 56.075.303,00



LDO 2022 - ANEXO DE METAS FISCAIS

PREFEITURA:

Prefeitura Municipal de (MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA)

PARÂMETROS

TABELAS:

1 - TOTAL DAS	8 - EVOLUCAO DO
2 - TOTAL DAS	9 - ALIENCAO DE
3 - RESULTADO	10 - REC\DESP
4 - RESULTADO	11 - MARGEM EXP.
5 - MONTANTE DA	12 - ESTIMATIVA
6 - META FISCAL	13 - RISCOS
7 - META FISCAL	

DEMONSTRATIVOS:

I - Metas Anuais
II - Avaliação do Cumprimento das Metas
III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos 3 Exercícios Anteriores
IV - Evolução do Patrimônio Líquido
V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos
VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receitas
VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter
Anexo - Riscos Fiscais

Fonte: IPEADATA / Relatórios da LRF

Esta planilha foi elaborada pela Aspec para distribuição gratuita com os seus clientes, sendo de responsabilidade do usuário a manutenção das informações e parâmetros necessários à emissão dos anexos de metas fiscais, ou possíveis alterações de estrutura das tabelas e demonstrativos.

Aspec Informática
Rua Lauro Maia, 1120
Fátima – 60.055-210
Fortaleza – Ceará

Fone: (85) 3464-2900
www.aspec.com.br
aspec@aspec.com.br

PREFEITURA	(MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA)
------------	-----------------------------

ANO DE REFERÊNCIA	2022
-------------------	------

	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024
% VALOR CORRENTE	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%

	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024
ÍNDICE INFLACIONÁRIO %	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
VALOR CONSTANTE	1,05	1,05	1,05	1,05	1,05	1,05

	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024
PROJEÇÃO PIB (Estadual)	-	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
	R\$ 161.300.000.000,00	R\$ 166.139.000.000,00	R\$ 171.123.170.000,00	R\$ 176.256.865.100,00	R\$ 181.544.571.053,00

INSTITUTO DE PESQUISA	FADESP
-----------------------	--------

METODOLOGIA DE CÁLCULO - Exemplos:

1 - % Valor Corrente:

1.1 – O percentual projetado para o valor corrente tem por base o crescimento da receita municipal em cada Município.

2 -Valor constante:

2.1 – Para se achar o valor constante, utilizou-se um índice inflacionário projetada com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE. A inflação utilizada em 2021 está considerando a projeção publicada pelo Banco Central.

2.2 – Para se calcular de imediato o valor constante, transformamos os percentuais acima em índices, os quais foram calculados de acordo com as fórmulas demonstradas na 11ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – Parte III (Portaria STN nº 375/2020)

3 - PROJEÇÃO DO PIB (ESTADUAL):

3.1 – A projeção do PIB estadual deve tomar por base dados oficiais de cada Estado.

OBS: Os campos na cor azul devem ser preenchidos, os demais são calculados, e qualquer dúvida sobre

TOTAL DAS RECEITAS
2022

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas	Realizadas	Estimadas				
	2019	2020	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES	44.371.971,64	49.709.593,49	49.779.216,56	53.405.050,48	56.075.303,00	58.879.068,15	61.823.021,56
Receita Tributária	2.459.199,50	3.349.642,04	2.009.299,73	2.109.764,72	2.215.252,96	2.326.015,60	2.442.316,38
Impostos	1.865.427,27	2.773.105,50	1.546.687,04	1.624.021,39	1.705.222,46	1.790.483,58	1.880.007,76
Taxas	61.545,09	43.999,95	253.600,93	266.280,98	279.595,03	293.574,78	308.253,52
Contribuições de Melhoria	532.227,14	532.536,59	209.011,76	219.462,35	230.435,47	241.957,24	254.055,10
Receita de Contribuições	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições Sociais					-	-	-
Contribuições Econômicas					-	-	-
Demais contribuições							
Receita Patrimonial	37.729,36	8.309,72	167.209,42	175.569,90	184.348,40	193.565,81	203.244,11
Aplicações Financeiras	37.729,36	8.309,72	153.275,30	160.939,07	168.986,02	177.435,32	186.307,09
Outras Receitas Patrimoniais			13.934,12	14.630,83	15.362,37	16.130,49	16.937,01
Receita Agropecuária					-	-	-
Receita Industrial					-	-	-
Receita de Serviços					-	-	-
Transferências Correntes	41.874.851,78	46.215.221,73	47.491.234,48	51.002.669,29	53.552.802,75	56.230.442,89	59.041.965,04
Cota-Parte do FPM	12.566.723,39	11.960.002,06	25.742.673,22	28.166.679,23	29.575.013,19	31.053.763,85	32.606.452,04
Cota-Parte do ICMS	5.484.973,40	6.157.056,23	6.998.689,17	7.348.624,37	7.716.055,59	8.101.858,37	8.506.951,29
Cota-Parte do IPVA	457.981,63	527.473,23			-	-	-
Cota-Parte do ITR	11.994,68	9.460,07			-	-	-
Transferências da LC 87/1996					-	-	-
Transferências da LC nº 61/1989					-	-	-
Transferências do FUNDEB	7.097.105,03	7.464.806,85			-	-	-
Outras Transferências Correntes	16.256.073,65	20.096.423,29	14.749.872,09	15.487.365,69	16.261.733,97	17.074.820,67	17.928.561,71
Outras Receitas Correntes	191,00	136.420,00	111.472,93	117.046,57	122.898,90	129.043,84	135.496,04
Multa e Juros de Mora			27.868,23	29.261,64	30.724,72	32.260,96	33.874,01
Indenizações e Restituições			55.736,47	58.523,29	61.449,45	64.521,93	67.748,02
Demais Receitas Correntes	191,00	136.420,00	27.868,23	29.261,64	30.724,72	32.260,96	33.874,01
RECEITAS DE CAPITAL	1.645.503,60	1.443.718,42	7.381.053,61	7.750.106,30	8.137.611,62	8.544.492,20	8.971.716,81
Operações de crédito					-	-	-

Amortização de empréstimos					-	-	-
Alienações de Bens	-	-	139.341,17	146.308,23	153.623,64	161.304,82	169.370,06
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários					-	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes					-	-	-
Outras Alienações de Bens			139.341,17	146.308,23	153.623,64	161.304,82	169.370,06
Transferência de Capital	1.645.503,60	1.443.718,42	7.241.712,44	7.603.798,07	7.983.987,97	8.383.187,37	8.802.346,74
Convênios					-	-	-
Outras Transferências de Capital	1.645.503,60	1.443.718,42	7.241.712,44	7.603.798,07	7.983.987,97	8.383.187,37	8.802.346,74
Outras Receitas de Capital					-	-	-
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes					-	-	-
DEDUÇÕES	3.534.018,20	3.563.816,77	4.138.432,88	4.345.354,52	4.562.622,25	4.790.753,36	5.030.291,03
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	3.534.018,20	3.563.816,77	4.138.432,88	4.345.354,52	4.562.622,25	4.790.753,36	5.030.291,03
TOTAL	42.483.457,04	47.589.495,14	53.021.837,29	56.809.802,26	59.650.292,37	62.632.806,99	65.764.447,34
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA*	40.837.953,44	46.145.776,72	45.640.783,68	49.059.695,96	51.512.680,76	54.088.314,80	56.792.730,54

* Receita total subtraindo-se as Contribuições sociais, Receitas de capital, Receitas Intra-orçamentárias Correntes e Deduções para a formação do FUNDEB

**TOTAL DE DESPESAS
2022**

R\$ 1,00

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizadas	Realizadas	Previstas				
	2019	2020	2020	2021	2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES (I)	42.618.787,24	47.885.721,98	41.696.035,03	42.781.609,79	44.920.690,28	47.166.724,79	49.525.061,03
Pessoal e Encargos Sociais	22.158.189,57	27.248.833,94	24.266.265,53	25.479.578,81	26.753.557,75	28.091.235,64	29.495.797,42
Juros e Encargos da Dívida					-	-	-
Outras Despesas Correntes	20.460.597,67	20.636.888,04	17.429.769,50	17.302.030,98	18.167.132,53	19.075.489,16	20.029.263,61
DESPESAS DE CAPITAL (II)	2.213.003,85	1.321.671,89	9.769.209,74	10.257.670,10	10.770.553,61	11.309.081,29	11.874.535,35
Investimentos	1.972.176,06	1.084.167,74	9.144.961,29	9.602.209,29	10.082.319,75	10.586.435,74	11.115.757,53
Inversões Financeiras	-	-	30.655,05	32.187,80	33.797,19	35.487,05	37.261,40
Concessão de empréstimos e financiamentos					-	-	-
Aquisição de título de capital já integralizado					-	-	-
Aquisição de título de crédito					-	-	-
Demais inversões financeiras			30.655,05	32.187,80	33.797,19	35.487,05	37.261,40
Amortização da Dívida	240.827,79	237.504,15	593.593,40	623.273,01	654.436,66	687.158,49	721.516,42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			348.352,94	365.770,59	384.059,12	403.262,08	423.425,18
TOTAL DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO	44.831.791,09	49.207.393,87	51.813.597,71	53.405.050,48	56.075.303,00	58.879.068,15	61.823.021,56

Pagamento de Restos a Pagar

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizadas	Realizadas	Previstas				
	2019	2020	2020	2021	2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES (I)	1.913.348,42	1.430.074,98	1.422.349,16	177.878,53	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais							
Juros e Encargos da Dívida (II)							
Outras Despesas Correntes	1.913.348,42	1.430.074,98	1.422.349,16	177.878,53			
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	1.913.348,42	1.430.074,98	1.422.349,16	177.878,53	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos (V)							
Inversões Financeiras (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de empréstimos e financiamentos (VII)							
Aquisição de título de capital já integralizado (VIII)							
Aquisição de título de crédito (IX)							
Demais inversões financeiras (X)							
Amortização da Dívida (XI)							
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XII) = (IV - VII - VIII - IX - XI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS	1.913.348,42	1.430.074,98	1.422.349,16	177.878,53	-	-	-

**METAS FISCAIS - RESULTADO NOMINAL
2022**

	Realizada	Prevista	Realizada	Prevista	Prevista	Prevista	Prevista
ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2020	2021	2022	2023	2024
JUROS NOMINAIS							
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS	37.729,36	37.729,36	8.309,72	39.615,83	41.596,62	43.676,45	45.860,28
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS	92.164,20	92.164,20	279.415,50	96.772,41	101.611,03	106.691,58	112.026,16
RESULTADO NOMINAL (ACIMA DA LINHA)	(5.758.522,48)	(7.209.279,93)	(4.533.603,48)	(4.118.055,69)	(4.137.186,02)	(4.344.045,32)	(4.561.247,58)

Nota 1: Juros, encargos e variações monetárias ativos (Os valores previstos podem ser obtidos do orçamento do exercício na rubrica “**Juros e correções monetárias**”, enquanto que os valores realizados podem ser obtidos do Anexo VI – RREO – Juros Nominais – 6º bimestre no quadro “**Juros Nominais**”).

Nota 2: Juros, encargos e variações monetárias passivos (Os valores previstos podem ser obtidos do orçamento do exercício na rubrica “**Juros e encargos da dívida**”, enquanto que os valores realizados podem ser obtidos do Anexo VI – RREO – Juros Nominais – 6º bimestre no quadro “**Juros Nominais**”).

**META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA
2022**

	Realizada	Prevista	Realizada	Prevista	Prevista	Prevista	Prevista
ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2020	2021	2022	2023	2024
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	13.247.308,99	13.247.308,89	-	13.055.498,19	13.708.273,10	14.393.686,75	15.113.371,09
Dívida Mobiliária					-	-	-
Outras Dívidas	13.247.308,99	13.247.308,89		13.055.498,19	13.708.273,10	14.393.686,75	15.113.371,09
DEDUÇÕES (II)	(959.886,01)	(468.886,75)	547.985,34	206.306,65	216.621,98	227.453,08	238.825,74
Ativo Disponível	953.462,41	953.462,41	1.978.060,32	1.978.060,32	2.076.963,34	2.180.811,50	2.289.852,08
Haveres Financeiros					-	-	-
(-) Restos a Pagar Proc.	1.913.348,42	1.422.349,16	1.430.074,98	1.771.753,67	1.860.341,35	1.953.358,42	2.051.026,34
DCL (III) = (I – II)	14.207.195,00	13.716.195,64	(547.985,34)	12.849.191,54	13.491.651,12	14.166.233,67	14.874.545,36

**METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2022**

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2020	II - Metas Realizadas em 2020
I - Receita Total	45.780.124,85	46.145.776,72
II - Receitas Não-Financeiras	45.487.508,38	46.137.467,00
III - Despesas Total	51.813.597,71	49.207.393,87
IV - Despesas Não-Financeiras	52.642.353,47	50.399.964,70
V - Resultado Primário (II - IV)	(7.154.845,09)	(4.262.497,70)
VI - Resultado Nominal	(7.209.279,93)	(4.533.603,48)
VII - Dívida Pública Consolidada	13.247.308,89	-
VIII - Dívida Consolidada Líquida	13.716.195,64	(547.985,34)

VALOR DO PIB ESTADUAL	161.300.000.000,00
------------------------------	---------------------------

**METAS FISCAIS DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2022**

ESPECIFICAÇÃO	Corrente						
	Realizada	Prevista	Realizada	Prevista	Prevista	Prevista	Prevista
	2019	2020	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Total	40.837.953,44	45.780.124,85	46.145.776,72	49.206.004,19	51.666.304,40	54.249.619,62	56.962.100,60
Receitas Primárias (I)	40.800.224,08	45.487.508,38	46.137.467,00	48.898.756,89	51.343.694,73	53.910.879,47	56.606.423,44
Despesas Total	44.831.791,09	51.813.597,71	49.207.393,87	53.405.050,48	56.075.303,00	58.879.068,15	61.823.021,56
Despesas Primárias (II)	46.504.311,72	52.642.353,47	50.399.964,70	52.959.656,00	55.420.866,34	58.191.909,66	61.101.505,14
Resultado Primário (I – II)	(5.704.087,64)	(7.154.845,09)	(4.262.497,70)	(4.060.899,11)	(4.077.171,61)	(4.281.030,19)	(4.495.081,70)
Resultado Nominal	(5.758.522,48)	(7.209.279,93)	(4.533.603,48)	(4.118.055,69)	(4.137.186,02)	(4.344.045,32)	(4.561.247,58)
Dívida Pública Consolidada	13.247.308,99	13.247.308,89	-	13.055.498,19	13.708.273,10	14.393.686,75	15.113.371,09
Dívida Consolidada Líquida	14.207.195,00	13.716.195,64	(547.985,34)	12.849.191,54	13.491.651,12	14.166.233,67	14.874.545,36

ESPECIFICAÇÃO	Constante						
	Realizada	Prevista	Realizada	Prevista	Prevista	Prevista	Prevista
	2019	2020	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Total	38.893.288,99	43.600.118,90	43.948.358,78	46.862.861,13	49.206.004,19	51.666.304,40	54.249.619,62
Receitas Primárias (I)	38.857.356,27	43.321.436,55	43.940.444,76	46.570.244,66	48.898.756,89	51.343.694,73	53.910.879,47
Despesas Total	42.696.943,90	49.346.283,53	46.864.184,64	50.861.952,84	53.405.050,48	56.075.303,00	58.879.068,15
Despesas Primárias (II)	44.289.820,69	50.135.574,73	47.999.966,38	50.437.767,62	52.781.777,47	55.420.866,34	58.191.909,66
Resultado Primário (I – II)	(5.432.464,42)	(6.814.138,18)	(4.059.521,62)	(3.867.522,96)	(3.883.020,58)	(4.077.171,61)	(4.281.030,19)
Resultado Nominal	(5.484.307,12)	(6.865.980,89)	(4.317.717,60)	(3.921.957,80)	(3.940.177,16)	(4.137.186,02)	(4.344.045,32)
Dívida Pública Consolidada	12.616.484,75	12.616.484,66	-	12.433.807,80	13.055.498,19	13.708.273,10	14.393.686,75
Dívida Consolidada Líquida	13.530.661,90	13.063.043,47	(521.890,80)	12.237.325,28	12.849.191,54	13.491.651,12	14.166.233,67

ESPECIFICAÇÃO	Corrente						
	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto
	2019	2020	2020	2021	2022	2023	2024
Receitas Primárias advindas de PPP (III)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (V) = (III-IV)	-	-	-	-	-	-	-

ESPECIFICAÇÃO	Constante						
	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto
	2019	2020	2020	2021	2022	2023	2024
Receitas Primárias advindas de PPP (III)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (V) = (III-IV)	-	-	-	-	-	-	-

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2022

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	2019	2018
Patrimônio/Capital	8.570.284,15	6.499.945,97	5.365.779,64
Reservas			
Resultado Acumulado	(14.874.649,74)	(14.304.185,15)	(14.197.365,21)

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	2019	2018
Patrimônio/Capital			
Reservas			
Resultado Acumulado			

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2022**

RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
Receitas de Capital - de Alienação de Ativos (I)	8.309,72	37.729,36	42.217,71
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicações Financeiras	8.309,72	37.729,36	42.217,71
DESPESAS LIQUIDADAS	2020	2019	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização/Refinanciamento da Dívida			
DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00

Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2018	2019	2020
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2018	2019	2020
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2018	2019	2020
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2018	2019	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020

ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2018	2019	2020
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

(MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2022

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

EVENTO	VALOR PREVISTO 2022
Aumento Permanente da Receita	3.735.192,70
(-) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	2.360.293,50
(-) Aumento Referente a Transferência do FUNDEB	1.063.304,17
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	311.595,03
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I + II)	311.595,03
Saldo Utilizado (IV)	-
Impacto de Novas DOCC	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	311.595,03

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2022**

EVENTO	VALOR PREVISTO 2022
Aumento Permanente da Receita	3.735.192,70
(-) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	2.360.293,50
(-) Aumento Referente a Transferência do FUNDEB	1.063.304,17
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	311.595,03
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I + II)	311.595,03
Saldo Utilizado (IV)	-
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	311.595,03

**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2022**

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	

**RISCOS FISCAIS
2022**

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

(MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2022

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100
Receita Total	59.650.292,37	49.206.004,19	0,03	95,52	62.632.806,99	51.666.304,40	0,03	95,52	56.962.100,60	54.249.619,62	0,03	95,52
Receitas Primárias (I)	51.343.694,73	48.898.756,89	0,03	94,93	53.910.879,47	51.343.694,73	0,03	94,93	56.606.423,44	53.910.879,47	0,03	94,93
Receitas Primárias Correntes	55.906.316,98	53.244.111,41	0,03	-	58.701.632,83	55.906.316,98	0,03	-	61.636.714,47	58.701.632,83	0,03	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.215.252,96	2.109.764,72	0,00	-	2.326.015,60	2.215.252,96	0,00	-	2.442.316,38	2.326.015,60	0,00	-
Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	53.552.802,75	51.002.669,29	0,03	-	56.230.442,89	53.552.802,75	0,03	-	59.041.965,04	56.230.442,89	0,03	-
Demais Receitas Primárias Correntes	138.261,27	131.677,40	0,00	-	145.174,33	138.261,27	0,00	-	152.433,05	145.174,33	0,00	-
Receitas Primárias de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Total	56.075.303,00	53.405.050,48	0,03	103,67	58.879.068,15	56.075.303,00	0,03	103,67	61.823.021,56	58.879.068,15	0,03	103,67
Despesas Primárias (II)	55.420.866,34	52.781.777,47	0,03	102,46	58.191.909,66	55.420.866,34	0,03	102,46	61.101.505,14	58.191.909,66	0,03	102,46
Despesas Primárias Correntes	45.304.749,40	43.147.380,38	0,03	-	47.569.986,87	45.304.749,40	0,03	-	49.948.486,21	47.569.986,87	0,03	-
Pessoal e Encargos Sociais	26.753.557,75	25.479.578,81	0,01	-	28.091.235,64	26.753.557,75	0,02	-	29.495.797,42	28.091.235,64	0,02	-
Outras despesas Correntes	18.551.191,65	17.667.801,57	0,01	-	19.478.751,23	18.551.191,65	0,01	-	20.452.688,79	19.478.751,23	0,01	-
Despesas Primárias de Capital	10.116.116,94	9.634.397,09	0,01	-	10.621.922,79	10.116.116,94	0,01	-	11.153.018,93	10.621.922,79	0,01	-
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (III) = (I - II)	(4.077.171,61)	(3.883.020,58)	(0,00)	(7,54)	(4.281.030,19)	(4.077.171,61)	(0,00)	(7,54)	(4.495.081,70)	(4.281.030,19)	(0,00)	(7,54)
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	41.596,62	39.615,83	0,00	-	43.676,45	41.596,62	0,00	-	45.860,28	43.676,45	0,00	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	101.611,03	96.772,41	0,00	-	106.691,58	101.611,03	0,00	-	112.026,16	106.691,58	0,00	-
Resultado Nominal (VI) = (III + (IV - V))	(4.137.186,02)	(3.940.177,16)	(0,00)	(7,65)	(4.344.045,32)	(4.137.186,02)	(0,00)	(7,65)	(4.561.247,58)	(4.344.045,32)	(0,00)	(7,65)
Dívida Pública Consolidada	13.708.273,10	13.055.498,19	0,01	25,34	14.393.686,75	13.708.273,10	0,01	25,34	15.113.371,09	14.393.686,75	0,01	25,34
Dívida Consolidada Líquida	13.491.651,12	12.849.191,54	0,01	24,94	14.166.233,67	13.491.651,12	0,01	24,94	14.874.545,36	14.166.233,67	0,01	24,94
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00

Fonte: FADESP/Relatórios da LRF

(MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2022

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2020	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2020	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	45.780.124,85	0,03	100,31	46.145.776,72	0,03	100,00	365.651,87	0,80
Receitas Primárias (I)	45.487.508,38	0,03	99,66	46.137.467,00	0,03	99,98	649.958,62	1,43
Despesa Total	51.813.597,71	0,03	113,52	49.207.393,87	0,03	106,63	(2.606.203,84)	(5,03)
Despesas Primárias (II)	52.642.353,47	0,03	99,28	50.399.964,70	0,03	109,22	(2.242.388,77)	(4,26)
Resultado Primário (I - II)	(7.154.845,09)	(0,00)	(15,68)	(4.262.497,70)	(0,00)	(9,24)	2.892.347,39	(40,43)
Resultado Nominal	(7.209.279,93)	(0,00)	(15,80)	(4.533.603,48)	(0,00)	(9,82)	2.675.676,45	(37,11)
Dívida Pública Consolidada	13.247.308,89	0,01	29,03	-	-	-	(13.247.308,89)	(100,00)
Dívida Consolidada Líquida	13.716.195,64	0,01	30,05	(547.985,34)	(0,00)	(1,19)	(14.264.180,98)	(104,00)

Fonte: FADESP/ Relatórios da LRF

(MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2022

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	40.837.953,44	46.145.776,72	13,00	49.206.004,19	6,63	51.666.304,40	5,00	54.249.619,62	5,00	56.962.100,60	5,00
Receitas Primárias (I)	40.800.224,08	46.137.467,00	13,08	48.898.756,89	5,98	51.343.694,73	5,00	53.910.879,47	5,00	56.606.423,44	5,00
Despesa Total	44.831.791,09	49.207.393,87	9,76	53.405.050,48	8,53	56.075.303,00	5,00	58.879.068,15	5,00	61.823.021,56	5,00
Despesas Primárias (II)	46.504.311,72	50.399.964,70	8,38	52.959.656,00	5,08	55.420.866,34	4,65	58.191.909,66	5,00	61.101.505,14	5,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	(5.704.087,64)	(4.262.497,70)	(25,27)	(4.060.899,11)	(4,73)	(4.077.171,61)	0,40	(4.281.030,19)	5,00	(4.495.081,70)	5,00
Resultado Nominal	(5.758.522,48)	(4.533.603,48)	(21,27)	(4.118.055,69)	(9,17)	(4.137.186,02)	0,46	(4.344.045,32)	5,00	(4.561.247,58)	5,00
Dívida Pública Consolidada	13.247.308,99	-	(100,00)	13.055.498,19	-	13.708.273,10	5,00	14.393.686,75	5,00	15.113.371,09	5,00
Dívida Consolidada Líquida	14.207.195,00	(547.985,34)	(103,86)	12.849.191,54	(2.444,81)	13.491.651,12	5,00	14.166.233,67	5,00	14.874.545,36	5,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	38.893.288,99	43.948.358,78	13,00	46.862.861,13	6,63	49.206.004,19	5,00	51.666.304,40	5,00	54.249.619,62	5,00
Receitas Primárias (I)	38.857.356,27	43.940.444,76	13,08	46.570.244,66	5,98	48.898.756,89	5,00	51.343.694,73	5,00	53.910.879,47	5,00
Despesas Total	42.696.943,90	46.864.184,64	9,76	50.861.952,84	8,53	53.405.050,48	5,00	56.075.303,00	5,00	58.879.068,15	5,00
Despesas Primárias (II)	44.289.820,69	47.999.966,38	8,38	50.437.767,62	5,08	52.781.777,47	4,65	55.420.866,34	5,00	58.191.909,66	5,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	(5.432.464,42)	(4.059.521,62)	(25,27)	(3.867.522,96)	(4,73)	(3.883.020,58)	0,40	(4.077.171,61)	5,00	(4.281.030,19)	5,00
Resultado Nominal	(5.484.307,12)	(4.317.717,60)	(21,27)	(3.921.957,80)	(9,17)	(3.940.177,16)	0,46	(4.137.186,02)	5,00	(4.344.045,32)	5,00
Dívida Pública Consolidada	12.616.484,75	-	(100,00)	12.433.807,80	-	13.055.498,19	5,00	13.708.273,10	5,00	14.393.686,75	5,00
Dívida Consolidada Líquida	13.530.661,90	(521.890,80)	(103,86)	12.237.325,28	(2.444,81)	12.849.191,54	5,00	13.491.651,12	5,00	14.166.233,67	5,00

(MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2022

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	8.570.284,15	(135,94)	6.499.945,97	(83,29)	5.365.779,64	(60,76)
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	(14.874.649,74)	235,94	(14.304.185,15)	183,29	(14.197.365,21)	160,76
TOTAL	(6.304.365,59)	100,00	(7.804.239,18)	100,00	(8.831.585,57)	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

Fonte: FADESP/ Relatórios da LRF

(MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2022

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	8.309,72	37.729,36	42.217,71
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	8.309,72	37.729,36	42.217,71
DESPESAS EXECUTADAS	2020	2019	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS DECORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2020	2019	2018
VALOR (III)	88.256,79	79.947,07	42.217,71

Fonte: FADESP/ Relatórios da LRF

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III-II)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	0,00	0,00	0,00
---	-------------	-------------	-------------

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2018	2019	2020
---	-------------	-------------	-------------

VALOR	0,00	0,00	0,00
-------	------	------	------

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2018	2019	2020
-------------------------------------	-------------	-------------	-------------

VALOR	0,00	0,00	0,00
-------	------	------	------

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2018	2019	2020
--	-------------	-------------	-------------

Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------

Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------

Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
----------------------------	------	------	------

Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------

BENS E DIREITOS DO RPPS	2018	2019	2020
--------------------------------	-------------	-------------	-------------

Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
-------------------------------	------	------	------

Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
----------------------------	------	------	------

Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
-----------------------	------	------	------

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
--	-------------	-------------	-------------

RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00
--------------------------------	-------------	-------------	-------------

Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (XI) = (XI + XIV)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00

Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII +XIII)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (X I- XIV)2	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS	2018	2019	2020
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

Fonte:

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

(MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2022

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)	R\$ milhares
EVENTO	VALOR PREVISTO 2022
Aumento Permanente da Receita	3.735.192,70
(-) Transferências Constitucionais	2.360.293,50
(-) Transferências ao FUNDEB	1.063.304,17
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	311.595,03
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	311.595,03
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	311.595,03

Fonte:

(MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO - RISCOS FISCAIS
2022

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

Fonte: